



SILVICULTURA

ANO XV - N° 61

MAIO/JUN 95

R\$ 10,00

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA

Seringueiras

Brasil prepara a retomada



2635 6X4. O caminhão que arrasta um trem pela sua julieta.



Mercedes-Benz L/LS-2635 6X4

A Mercedes-Benz faz o que casa direitinho com o que você precisa. Quando o assunto exige força entra em cena o 2635 6X4, o extrapesado da Mercedes-Benz que serve de treminhão na versão L e rodotrem na versão LS. Como todo Mercedes-Benz, o extrapesado 2635 6X4, L ou LS foi dimensionado para garantir alto desempenho com baixo consumo de combustível, trabalhando nos terrenos mais difíceis e acidentados.



ZIG JHEBY

A Mercedes-Benz é uma empresa do Grupo Daimler-Benz. Para saber mais, consulte o distribuidor, o P.P.O.C.O.

Principalmente no transporte madeireiro e canavieiro. Pode ter certeza de que com o 2635 6X4, L ou LS, você está deixando a sua juljeta em boas mãos.

Fora da estrada, um motor fora de série.

O 2635 6X4 possui motor de 354 cv a 2.100 rpm e torque de 158 mkgf entre 1.100 e 1.600 rpm. É a exclusiva curva de torque plana, que proporciona menor número de mudanças de marcha, menor consumo e velocidades médias maiores, mantendo o pique nas subidas. O motor OM-447 LA dos 2635 6X4 tem camisas úmidas removíveis e cabeçotes individuais, facilitando a manutenção. O extrapesado 2635 6X4 está equipado com a embreagem de disco duplo, com acionamento servoassistido. A caixa de mudanças de 16 marchas sincronizadas assegura engates precisos e rápidos.



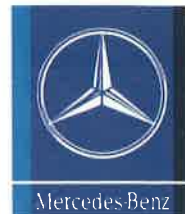
Capacidade de sobra.

O extrapesado 2635 6X4, nas versões L ou LS, tem capacidade técnica para 32 toneladas de Peso Bruto Total e pode transportar até 45 toneladas de Peso Bruto Total Combinado, com 73, 95 ou 123 toneladas de Capacidade Máxima de Tração.

Os eixos traseiros podem suportar até 13 toneladas cada um, contam com redução planetária nos cubos, bloqueio longitudinal e transversal no diferencial. A suspensão dianteira é composta de feixe de molas semi-elípticas, amortecedores telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora. Na traseira, a suspensão é em tandem, com feixe de molas semi-elípticas. O chassi é formado por longarinas duplas. Para completar, direção hidráulica, com batente hidráulico, que proporciona maior conforto.

A garantia de um Mercedes vai longe.

A Mercedes-Benz garante o seu 2635 6X4 antes e depois da compra. Primeiro vem a qualidade em que você já confia, depois o atendimento total em qualquer um dos 200 concessionários distribuídos pelo Brasil. A garantia para os veículos 2635 6X4 é de 100.000 km ou 12 meses, mais a garantia exclusiva para o trem de força de 200.000 km ou 24 meses, o que primeiro ocorrer. Em qualquer concessionário da rede Mercedes-Benz, o pessoal que irá atender você é o mais especializado e competente. Por isso, quem escolhe Mercedes está no caminho certo e lucrativo.



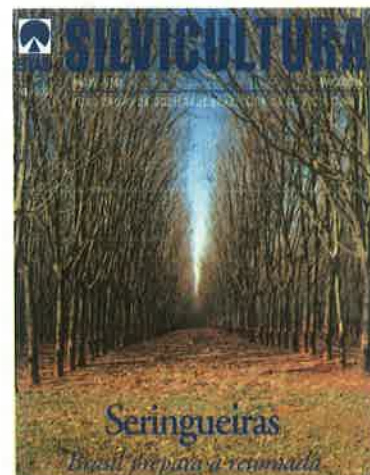
O caminhão
que dá resultado.

6 CONVERSA COM O PRESIDENTE

Recém-empossado na presidência da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Nelson Barboza Leite faz um diagnóstico sobre o setor florestal brasileiro. Nesta entrevista, ele apresenta as propostas que nortearão a nova gestão.

21 NOVO ESTATUTO DA SBS

Nesta edição, Silvicultura traz na íntegra o estatuto da Sociedade Brasileira de Silvicultura, aprovado em junho. Também consta no documento a composição atual dos conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivo.



Capa: Vista parcial de um seringal jovem, no Campo Experimental da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), em Piracicaba (SP).

16 PERIGO NAS MATAS DO PARÁ

Paragominas, no Pará, maior pólo madeireiro do País corre riscos. Os primeiros sinais de esgotamento já são perceptíveis. Por este motivo, entidades como o WWF, Fundo Mundial para a Natureza, e o Imazon se uniram para salvar a região.

37 SBS PRESENTE NA ISO 14.001

A delegação brasileira que participou das discussões de normalização das normas de gestão ambiental da ISO 14.001 em Oslo, Noruega teve em sua composição, um representante da SBS, seu Diretor Superintendente, Rubens C. Garlipp.

Mercosul.....	12
Borracha	27
Internacional	30
Cenibra	33
Balanço	35
Ponto de Vista	39
Curtas	41

SILVICULTURA

Órgão oficial da Sociedade Brasileira de Silvicultura
 Sede: Rua Marselha, 1.180 - Jaguaré, São Paulo/SP, CEP 053-32-000. Fone: (011) 869-4941 Fax: 869-0798 - **Presidente:** Nelson Barboza Leite - **Superintendente:** Rubens Cristiano Garlipp - **Conselho Editorial:** Nelson Barboza Leite, Manoel Carlos Ferreira, Rubens C. Garlipp, Marco Antônio Fugihara, Marco Aurélio Andrade Corrêa Machado e Roberto de Mello Alvarenga - **Produção, Redação e Edição:** V.R. Comunicações Ltda. - Rua Cap. Alberto Mendes Jr., 352 - Água Fria - São Paulo/SP - CEP 02335-011 - Fone (011) 959-5733 - **Diretora Responsável e Editora:** Aída Barbara (MTb 13.091) - **Redação:** Alberto Ramos, César Dassie, José Augusto Padilha

e Tânia C. Galluzzi - **Secretaria e Produção Gráfica:** Cristiana Marinho Lacutissa - **Departamento Comercial:** V.R. Comunicações - Fone (011) 959-5733. **Tiragem:** 10.000 exemplares.

É expressamente proibida a reprodução, total ou parcial, sem autorização da editora. As opiniões emitidas em artigos assinados não são necessariamente as da revista e podem até ser contrárias às mesmas.

Publicação bimestral, impressa e distribuída em setembro.

A Sociedade Brasileira de Silvicultura muda de presidente, mas manterá a postura atuante quanto à política florestal nacional e a promoção de encontros e decisões que contribuam para o desenvolvimento do setor.

Jorge Humberto Teixeira Boratto conduziu com grande competência a entidade, uma vez que, sob seu comando, foram elaborados diversos trabalhos de interesse para o setor florestal do Brasil, como o Cerflor, o Certificado de Origem da Matéria-Prima Florestal. Além disso, em sua gestão foram elaboradas e discutidas novas propostas de política para a área.

Como novo presidente, considero que todos nós temos a obrigação de prosseguir com trabalhos tão significativos. Assim, no intuito de aumentar a representatividade do segmento junto à sociedade e a economia brasileiras, a SBS reelaborou seu estatuto, no qual são redefinidas as suas áreas de atuação e o grau de colaboração que dela se pode esperar.

Desse modo, às vésperas de completar 40 anos de existência, a sociedade mostra sua capacidade de renovação, bem como a sensibilidade às questões relevantes ao setor florestal, como a sua profissionalização, a valorização do homem do campo, o respeito ao meio ambiente e o conhecimento e disseminação de novas tecnologias.

Outro aspecto importante e oportuno a ser discutido é a inserção do País numa nova realidade do mercado internacional, o Mercosul. O acordo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai forma um bloco econômico considerável e uma cobertura florestal significativa. A SBS participa de fóruns no Exterior, no intuito de projetar o Brasil no cenário mundial. Como parte desse trabalho, a entidade participa, junto com várias outras, do Cedefor, Conselho de Desenvolvimento Sustentado Florestal do Mercosul. Ainda no plano externo, recentemente a associação integrou a delegação brasileira que discutiu em Oslo, na Noruega, as normas da série ISO 14.000 de sistemas de gestão ambiental.

Vivemos, assim, um momento de definição das posturas brasileiras no mercado florestal internacional. No âmbito nacional, a SBS se empenha para que o setor receba o destaque e a importância que merece. Trabalho que a entidade empreende há 40 anos.

NELSON BARBOZA LEITE

SBS TEM NOVO PRESIDENTE



O engenheiro agrônomo silvicultor, formado em 1970, pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), Nelson Barboza Leite, é o novo presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS).

Entre as atividades já executadas, ele foi diretor do Instituto de Pesquisas Florestais (Ipef), diretor florestal e industrial da

Ripasa e, atualmente, desenvolve trabalhos de consultoria para várias empresas, além de ser representante da Celmar junto à SBS.

Este paulistano, de 49 anos, acompanha a atuação da entidade desde sua reorganização, na década de 70, quando se adotou uma postura direcionada aos aspectos políticos do setor. Além disso, participou de vários trabalhos liderados pela entidade, como o Planejamento Estratégico para o Setor de Base Florestal, em 1987. Hoje, assume a SBS num momento em que o mercado internacional começa a voltar suas forças para implantação das normas ISO 14.000, previstas para entrar em vigor no próximo ano e que desde já exigem das empresas uma postura de qualidade voltada ao meio ambiente. O novo presidente da SBS deverá, ainda, como desafio de sua gestão, implementar o Certificado de Origem da Matéria-Prima Florestal (Cerflor), no Brasil.

REVISTA SILVICULTURA

Na sua opinião, qual o papel da SBS hoje?

NELSON BARBOZA LEITE

A Sociedade Brasileira de Silvicultura tem a importante tarefa de colaborar, organizar e integrar esforços, visando a valorização do plantio e do manejo das árvores. É importante que a sociedade aceite a silvicultura como uma atividade indispensável ao desenvolvimento social, ambiental e econômico do País.

REVISTA SILVICULTURA

Qual o compromisso da SBS com a sociedade?

NELSON BARBOZA LEITE

A atividade silvicultural não trabalha exclusivamente para atender aos interesses econômicos dos segmentos industriais. Um programa de plantio de árvores, utilizando-se de técnicas consagradas nas universidades e instituições de pesquisa, oferece muitos benefícios sociais e presta excelentes contribuições ao meio ambiente.

Tudo isso não é segredo para os profissionais do setor e nem para as empresas que praticam a silvicultura. Porém, sabemos e percebemos com frequência que, para a sociedade em geral, a grande

maioria destas questões são totalmente desconhecidas, distorcidas e transformadas em causas polêmicas. Sendo assim, temos um importante compromisso com o público, no sentido de mostrar e provar que fazer silvicultura com tecnologia e responsabilidade representa um serviço nobre e capaz de gerar riquezas econômicas, bens sociais e contribuir eficazmente para a preservação do meio ambiente. Com certeza, é uma atividade imprescindível para a concretização de uma política de desenvolvimento auto-sustentável.

**REVISTA
SILVICULTURA**

Quais são as metas da sua gestão?

**NELSON
BARBOZA LEITE**

Nosso programa de trabalho deverá estar estreitamente vinculado às necessidades apontadas pelos associados. A proposta é a identificação de ações que possam contribuir para o desenvolvimento da silvicultura brasileira. No entanto, não serão esquecidos os projetos que estavam sendo conduzidos pela diretoria anterior, como, por exemplo, a consolidação do Certificado de Origem de Matéria-Prima Florestal (Cerflor).

Além disso, vamos tentar consolidar uma parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e outras entidades, visando estabelecer um planejamento estratégico para o setor florestal. Vale ressaltar, que estas iniciativas terão por

finalidade suprir a crescente demanda interna que, em 10 anos, poderá transformar o Brasil num País importador de produtos florestais, caso nada seja feito. Sendo assim, sentimos a necessidade de mostrar, objetivamente,

“A SBS deverá apoiar a continuidade e o fortalecimento dos programas de reposição, pois as associações precisam ser motivadas para executarem suas atividades.”

ao governo e à sociedade, os benefícios oferecidos pela silvicultura, de forma que possamos ter nossas atividades florestais devidamente reconhecidas.

**REVISTA
SILVICULTURA**

Mas a importância da silvicultura não é reconhecida?

**NELSON
BARBOZA LEITE**

Na verdade, ainda existe muita polêmica sobre os valores da silvicultura brasileira, principalmente pelo grande destaque alcançado pelas espécies de eucalipto e pinus, que não são nativas. Na época em que tivemos os grandes reflorestamentos, o setor não dispunha, como até hoje, de informações que garan-

tissem o sucesso dos empreendimentos florestais. Infelizmente, essa é uma realidade que não pode ser ignorada.

De outro lado, devemos admitir que muitas falhas foram cometidas por empresas irresponsáveis, que felizmente já foram expurgadas do nosso ramo de atividades. Dessa forma, os problemas foram gerados e muitas questões ainda persistem, necessitando de respostas mais convincentes à sociedade.

No entanto, devemos destacar alguns aspectos positivos, como a formação do riquíssimo patrimônio florestal hoje existente. Sem a formação desses estoques de madeira, seria impossível conter a pressão sobre as florestas naturais.

**REVISTA
SILVICULTURA**

Nesse sentido, como será a participação da SBS? Há alguma divisão em nível estadual que atua no sentido de conter essas pressões?

**NELSON
BARBOZA LEITE**

A atuação da entidade é de caráter nacional, mas os programas e ações a serem desenvolvidos respeitarão as peculiaridades regionais.

Dessa maneira, é imprescindível que a SBS estabeleça um trabalho de parceria com as diversas instituições locais, como universidades, ONGs, etc. Apesar das pequenas divergências existentes entre elas, não temos dúvidas de que sempre existirão interesses co-

muns, que podem ser trabalhados. O importante neste relacionamento é que dificilmente alguma entidade irá negar os múltiplos valores das árvores, o que, talvez, possa se transformar na grande bandeira para a união de esforços. E por aí, a SBS terá muito a fazer, com trabalhos de divulgação, seminários, entre outras atividades.

REVISTA SILVICULTURA

Qual a sua opinião sobre o trabalho das associações de reposição florestal do Estado de São Paulo?

NELSON BARBOZA LEITE

O modelo que está sendo adotado em São Paulo poderá ter um impacto bastante positivo para o setor florestal, pois é um dos poucos sistemas que estão estimulando o plantio de árvores no País. Além disso, é um trabalho extensivo aos pequenos e médios produtores, fator primordial para o crescimento da base florestal brasileira.

Dessa forma, a SBS deverá apoiar a continuidade e o fortalecimento dos programas de reposição, pois as associações precisam ser motivadas para executarem suas atividades. Ainda há muitos recursos a serem aplicados e as oportunidades precisam ser otimizadas. Não podemos nos esquecer da extrema necessidade de acompanhamento e seleção das empresas honestas, para a realização dos trabalhos de campo.

REVISTA SILVICULTURA

Qual a sua posição sobre a polêmica dos desvios de verbas destinadas a esses programas?

"Inúmeros casos e estudos já detectaram que é impossível conservar um elevado nível tecnológico com pessoal desqualificado."

NELSON BARBOZA LEITE

Acreditamos que os recursos disponíveis são bastante significativos. Estima-se, teoricamente, que cerca de 20 milhões de dólares anuais, deveriam ser recolhidos para a reposição florestal obrigatória. Com isso, São Paulo poderia, num prazo relativamente curto, tornar-se um grande produtor de madeira, com capacidade de abastecer o mercado interno e, ainda, ser um centro exportador.

Temos informações de que o Fundo Florestar já iniciou um trabalho junto aos municípios paulistas, no sentido de motivar e orientar as prefeituras no recolhimento desses recursos. Vale dizer que este traba-

lho precisa total apoio do nosso setor.

Com o acompanhamento do trabalho de campo e seleção rigorosa de empresas competentes, certamente estaremos minimizando os riscos de desvios de verbas.

REVISTA SILVICULTURA

Qual a responsabilidade social da silvicultura brasileira?

NELSON BARBOZA LEITE

Constata-se que as empresas brasileiras de base florestal empregam direta e indiretamente mais de um milhão de pessoas. As características ambientais do País oferecem condições excepcionais de clima, solo, topografia etc., que nos garantem a liderança mundial em termos de produtividade. Fator que nos proporciona ótimas vantagens frente à competitividade internacional e que precisa ser preservado.

Porém, somente por meio do permanente desenvolvimento da tecnologia e da nossa mão-de-obra teremos condições de manter esta posição. Inúmeros casos e estudos já detectaram que é impossível conservar um elevado nível tecnológico com pessoal desqualificado. O papel da SBS é enobrecer a atividade silvicultural. Nesse sentido, terá de se preocupar com a dignidade profissional do homem do campo, que precisa ter assistência educacional, médica, moradia e treinamento para desenvolver ade-

quadamente o seu trabalho.

REVISTA SILVICULTURA

Qual o papel da terceirização no setor florestal?

NELSON BARBOZA LEITE

A terceirização é uma atividade que trouxe resultados positivos em diversos segmentos no mundo inteiro e a silvicultura não tem como fugir desse processo. Porém, deve existir a preocupação de realizá-la com alto nível de profissionalização. Se isso acontecer, teremos um aumento significativo de eficiência operacional, qualidade, benefícios sociais, integração empresa/comunidade e redução de custo. Desta maneira, não teremos nossas atividades prejudicadas, garantiremos a evolução tecnológica e não iremos sacrificar nossa mão-de-obra rural. Contudo, se ela for utilizada somente para a redução de custos, estaremos levando, o setor florestal brasileiro, em médio prazo, a níveis insustentáveis.

REVISTA SILVICULTURA

Como as empresas brasileiras têm se comportado a esse respeito?

NELSON BARBOZA LEITE

No Brasil, a terceirização do setor florestal apresenta diversos estágios. Algumas indústrias têm alcançado bons resultados; outras apresentam situações bastante preocupantes. De

qualquer maneira, elas começam a repensar suas posturas. Nestes casos, a função da SBS é alertar os empresários em busca do melhor desenvolvimento.

“A certificação dos produtos florestais é uma tendência mundial e o Brasil tem de se adequar a essas determinações.”

REVISTA SILVICULTURA

A busca da qualidade é uma das tarefas mais difundidas atualmente. Como o senhor vê a necessidade da implantação do Certificado de Origem de Matéria-prima Florestal (Cerflor), no Brasil, e a chegada das normas da ISO 14.000, que estabelecem uma preocupação ambiental junto às atividades industriais que devem entrar em vigor no próximo ano?

NELSON BARBOZA LEITE

A certificação dos produtos florestais é uma tendência mundial e o Brasil tem de se adequar à essas determinações. As empresas precisam se preparar para atender a estas exigências.

A SBS está consolidando o Cerflor, que deverá ser um novo instrumento de alavancagem da produtividade do setor.

Por sua vez, a ISO 14.000 responde a uma exigência mundial, preocupada com o meio ambiente, assim como, há alguns anos, a qualidade total foi o alvo das regras internacionais. Para o setor florestal, isso não é nenhum fantasma, pois o País tem condições suficientes para fazer dessas normas uma rotina dentro das empresas.

REVISTA SILVICULTURA

Então, como as empresas têm de se preparar para essas certificações?

NELSON BARBOZA LEITE

O primeiro passo é fazer um diagnóstico dos setores que compõem a empresa. A partir daí, é importante desenvolver uma conscientização interna de toda a problemática florestal, que deve atingir desde o funcionário mais humilde até o proprietário, criando uma nova postura ambiental e fazendo com que ela seja parte da cultura interna da empresa. Sem o devido amadurecimento desse fator, fica difícil a evolução do processo, pois olhar apenas para a produtividade torna o desenvolvimento da silvicultura insustentável.

Dessa maneira, a fórmula mais adequada para a preparação das empresas é a introdução da conscientização ambiental em todos os escalões.

Se esse trabalho acontecer, acreditamos que, em poucos anos, a maioria das empresas brasileiras terá condições de atender às exigências da ISO 14.000. Isso porque não existem dificuldades técnicas para o setor responder às determinações destas normas.

REVISTA SILVICULTURA

No que diz respeito a política florestal, o País está preparado para participar das normas internacionais?

NELSON BARBOZA LEITE

Antes de se preocupar com normas internacionais o Brasil deve estabelecer sua própria política florestal. Infelizmente, o que temos hoje é um amontoado de legislações complexas e burocratizantes, que assustam pessoas físicas e jurídicas. Precisamos facilitar a vida de quem quer cultivar árvores.

REVISTA SILVICULTURA

Qual a sua postura perante o Código Florestal, que enquadra o desmatamento de áreas nativas como penalidade afiançável?

NELSON BARBOZA LEITE

No Brasil, hoje, há áreas em que as infrações deveriam ser inafiançáveis, pois não se justifica nenhuma exploração. Por outro lado, existem reservas muito degradadas nas quais a melhor solução é desenvolver

outras atividades, com finalidades diferentes. Neste caso, o termo desmatamento é utilizado inadequadamente, pois a função de um trabalho desse tipo é desocupar o solo e ganhar produtividade.

“Há necessidade premente de otimizar nossas oportunidades e superarmos nossas limitações. Isso só será possível com o esforço de todos.”

REVISTA SILVICULTURA

Seria possível citar algumas regiões que poderiam ser desocupadas e as que continuariam como reservas?

NELSON BARBOZA LEITE

Carajás, no Estado Maranhão, por exemplo, é uma área complexa e muito devastada. Se quisermos viabilizá-la, teremos de ocupar a região com alternativas de trabalho que possam proteger os trechos degradados e aproveitar a disponibilidade da mão-de-obra local.

Por outro lado, alguns pon-

tos da Mata Atlântica ainda se conservam como santuários, que devem ser preservados a todo custo. Da mesma forma, a Amazônia e o cerrado também merecem uma atenção especial e diferenciada.

REVISTA SILVICULTURA

Diante desse cenário, qual a mensagem que o novo presidente da SBS gostaria de deixar para os profissionais do setor florestal?

NELSON BARBOZA LEITE

Nós estamos vivendo um momento de transição. De um lado, temos necessidade de aumentar nossa base florestal, frente aos desafios futuros da demanda. Temos de melhorar e elevar a competitividade da madeira brasileira, além de desenvolver uma silvicultura integrada e equilibrada em seus valores econômicos, sociais e ambientais.

De outro lado, temos uma paralisação quase que total de novos programas e de novas áreas plantadas. Faltam projetos governamentais concretos, vontade institucional explícita para o plantio de árvores. Esperamos que todos juntos consigamos, num curto prazo, uma equação adequada para a realidade presente e as exigências do futuro.

Há necessidade premente de otimizar nossas oportunidades e superar nossas limitações, o que só será possível com o esforço de todos.

A EUCATEX TEM OS MEIOS PARA FAZER O AMBIENTE DO HOMEM CADA VEZ MELHOR



MADEIRA

- Chapas de fibra de madeira
- Divisórias • Forros
- Painéis industriais • Portas



QUÍMICA

- Colofônia • Resinas duras
- Seladora • Tintas
- Vernizes • Derivados de Terebintina



METÁLICA

- Batentes • Fachadas • Forros
- Perfis • Portas corta-fogo
- Multi Módulos • Telhas



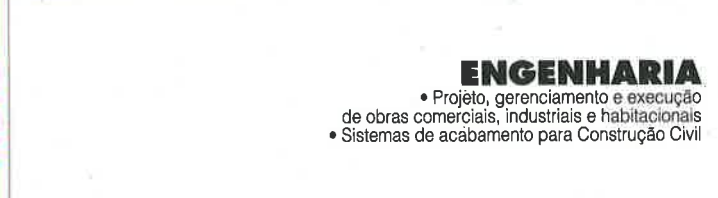
MINERAL

- Agricultura - Sistema de formação de mudas - Vermiculita para condicionamento de solos • Filtração - Perifiltra filtrante - Perifiltra desadensante e escorificante - Argilas descolorantes • Isolação Termoacústica Vermiculita expandida para indústria e construção civil - Argamassas à base de vermiculita expandida - Produtos pré-moldados para isolamento térmico industrial - Produtos corta-fogo para revestimento de estruturas metálicas - Isolantes à base de lã de vidro e lã de rocha - Perlita criogênica



FLORESTAL

- Produção de madeiras de Eucaliptus e Pinus
- Goma Resina
- Mudas Florestais



ENGENHARIA

- Projeto, gerenciamento e execução de obras comerciais, industriais e habitacionais
- Sistemas de acabamento para Construção Civil



TRADING

- Exportação de produtos Eucatex e de terceiros para mais de 70 países





Enfim, o Mercosul chegou à esfera florestal: em agosto, realiza-se a primeira reunião do Cedefor, Conselho de Desenvolvimento Sustentado Florestal do Mercosul, criado em fins de 1994. Abre-se, agora, um panorama de grandes possibilidades técnicas e comerciais.

O Mercosul, Mercado Comum do Cone Sul, oficializado em janeiro deste ano, caminha a passos lentos e cautelosos, em todas as suas áreas de abrangência. No setor florestal o pro-

cesso não foi diferente, mas agora os trabalhos começam a tomar fôlego. Em 28 de agosto reúne-se, pela primeira vez, o Cedefor, Conselho de Desenvolvimento Sustentado Florestal do

Mercosul, um esforço de cooperação técnica, comercial e institucional entre os setores florestais do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Cedefor foi lançado em Curitiba, Estado do Paraná, em fins de 1994, com a realização do XIV Seminário do Setor Privado do SGT (Sub Grupo de Trabalho) 08 - Política Florestal do Mercosul. Na época, foi assinado o protocolo de intenções que oficializou o organismo, como representante do setor empresarial florestal. O conselho é composto por entidades dos quatro países, assim como associações estadu-

ais, universidades e federações industriais. Na oportunidade, criou-se a sede administrativa, localizada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, junto à Ageflor, Associação Gaúcha de Empresas Florestais.

Foram traçados diversos objetivos pelos participantes do Cedefor. O primeiro deles é a promoção de ações que visem compatibilizar o crescimento do setor com a proteção ambiental, dentro de um quadro de desenvolvimento sustentado. Além disso, pretendem promover a integração tecnológica, por meio de convênios,

seminários e treinamentos entre os participantes; empreender e manter atualizado um diagnóstico sobre o mercado regional nos países-membros e outros, com o objetivo de possibilitar o intercâmbio comercial e viabilizar o consórcio de exportação de produtos florestais.

Antes de mais nada, porém, será preciso estabelecer parâmetros. Assim, serão uniformizadas as normas de classificação de produtos de

base florestal, buscando obter padrões de qualidade. Paralelamente, pretende-se desenvolver a integração das entidades de pesquisa dos quatro países nas seguintes áreas: melhoramento genético, sementes e mudas, implantação, tratamentos culturais e manejo, sistemas agrossilvopastoris, colheita e transporte, tecnologia da madeira, preservação da madeira e meio ambiente e proteção florestal.

QUESTÕES TARIFÁRIAS

No âmbito econômico, o Cedefor deseja realizar gestões, no

intuito de captar recursos nacionais e estrangeiros para a implementação de programas de custos compatíveis com a atividade florestal. Além disso, serão propostas alterações no sistema fiscal e tributário, que possam atender às expectativas dos participantes. “As nossas maiores dificuldades no momento são as diferentes taxas alfandegárias”, comenta o presidente da entidade e da ASBR — Associação Sul Brasileira de Produtores Florestais, Ronaldo Dornelles, segundo o qual se estuda a criação de uma tarifa comum.

Quanto à atuação política, o organismo deverá fazer levantamentos das legislações específicas de cada país e propor políticas comuns ao Mercosul, para que se eliminem todos os entraves burocráticos, administrativos e legais. Dentro desse cenário, o papel do governo será de um gestor que não interfira muito. “À esfera federal cabe a ratificação dos tratados e, da nossa parte, nos comprometemos a mantê-la informada sobre nossas atividades”,

Um território amplo

Nos países integrantes do Mercosul existe uma expressiva cobertura florestal exótica. Apenas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina essa área corresponde a dois milhões de hectares. Já na Argentina, existem 715 mil hectares de matas exóticas e no Uruguai 270 mil.

Segundo o presidente do Cedefor, Ronaldo Dornelles, tanto o Brasil como a Argentina possuem nesses locais madeiras de média e baixa qualidade (alta presença de nós), o que não significa que não existam povoados de madeiras de alto nível nos dois países. Outra semelhança entre os dois membros do Mercosul é a tendência, identificada em ambos, de haver um gargalo na oferta de matéria-prima florestal, notadamente para os setores de serrarias e polpa, processo que ocorrerá a partir do ano 2.000.

Esse quadro, na opinião de

Ronaldo Dornelles, é mais um estímulo à aceleração dos trabalhos de consolidação do Cedefor, que deverá encarregar-se de soluções conjuntas para os quatro países-membros. Dornelles acredita que a maior meta do Mercosul na área florestal seja se tornar um fornecedor de produtos de qualidade. Mesmo porque o cenário mundial, segundo ele, ainda olha essa região com dois sentimentos: “O primeiro, que somos os potenciais fornecedores mundiais de madeira, pelas características de clima tropical com rápido desenvolvimento de florestas. O segundo de que, tais nações parecem apostar na falta de uma melhor organização dos países sul-americanos, o que ainda os manteria como detentores desse grande percentual de fabricação de produtos de base florestal no planeta.”

afirma Ronaldo Dornelles.

De acordo com ele, o andamento dos trabalhos está dentro das expectativas, com todos os participantes (veja box) envolvidos. "Nosso progresso é excelente, pois começamos a trabalhar na área técnica, o que nos permitiu progredir rapidamente." Uma das perspectivas que mais o anima é o sistema de Banco de Negócios, um grande cadastro de empresas florestais informatizadas, pertencentes aos países-membros. Desse modo, as interessadas em manter contatos comerciais poderão executar seus negócios diretamente entre si (via Internet, a rede de computadores) e mesmo formarem joint-ventures ou companhias binacionais.

Essa possibilidade está em vias de ser concretizada no primeiro encontro do Cedefor em agosto, junto com outros projetos. Na oportunidade, será assinado o contrato do Banco de Negócios, além de um convênio com a UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, na qual funcionará o Centro Florestal de Desenvolvimento Tecnológico do Mercosul. Estudarão, nesse encontro, a oficialização de convênios para a criação de centros de treinamento: um no estado do Paraná, outro no Rio Grande do Sul e um terceiro na Argentina.

Finalmente, no plano político, haverá a definição de todos os pontos do estatuto da entidade, o que abrirá a possibilidade de empresas florestais se coligarem a ela.

Quem é quem no conselho

A diretoria do Cedefor (Conselho de Desenvolvimento Sustentado Florestal do Mercosul) já foi definida no lançamento da entidade. É composta por: Ronaldo Dornelles - presidente (Brasil); Enrique Puig Canabal - vice-presidente (Uruguai); Marcos Fernandes Moujan - vice-presidente (Argentina); Vasco Flândoli Sobrinho - suplente (Brasil); e Hector Reuter - suplente (Argentina). Diversas organizações já participam do conselho:

- **ABPM** — Associação Brasileira de Produtores de Madeira
- **ACTM** — Asociación Centro Tecnológico de la Madera - Argentina
- **ACR** — Associação Catarinense de Reflorestadores
- **Afoa** — Associação Florestal Argentina
- **Ageflor** — Associação Gaúcha de Empresas Florestais
- **Amayadap** — Associação dos Madeireiros e Afins do Alto Paraná-Argentina
- **Apicofon** — Associação dos Produtores Industriais e Comerciais Florestais de Misiones - Argentina
- **Apré** — Associação Paranaense de Empresas Florestais
- **ASBR** — Associação Sul Brasileira de Empresas Florestais
- **Consórcio Forestal Corrientes** — Argentina
- **Consórcio Forestal Misiones** — Argentina
- **Faima** — Federação Argentina da Indústria da Madeira
- **FBM** — Federação dos Produtores de Madeira do Uruguai
- **Fiesc** — Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- **SBS** — Sociedade Brasileira de Silvicultura
- **SPF** — Sociedade de Produtores Florestais do Uruguai
- **UFSM** — Universidade Federal de Santa Maria - RS

SEMINÁRIO EUCALIPTO

UMA VISÃO GLOBAL

BELO HORIZONTE

**27, 28 E 29
DE SETEMBRO
DE 1995**

I MOSTRA POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E EUCALIPTO

OBJETIVOS

Discutir os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos da cultura do eucalipto, a partir dos diferentes pontos de vista sobre a questão.

Realização da I Mostra "População, Meio Ambiente e Eucalipto", contendo:

- apresentação dos ecossistemas originais das regiões onde a cultura do eucalipto se implanta e as diferentes formas de sua utilização pela população local;
- impactos sociais e ambientais da implantação da eucaliptocultura;
- diversificação do uso do eucalipto;
- iniciativas ambientais de empresas de base florestal e órgãos públicos.

INSCRIÇÃO

Sócios da AMDA (pessoa física)	R\$ 50,00
Demais participantes	R\$ 70,00
Stand (9 m ²)	R\$ 1.620,00

Os pagamentos deverão ser efetuados através da conta da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA (Conta 357-3, CEF, Agência 1532, Belo Horizonte - MG). Enviar comprovante de pagamento via Fax ou Correio.

Informações: tel./fax: (031) 273-1215 e 273-3994

PROMOÇÃO:



PATROCÍNIO:

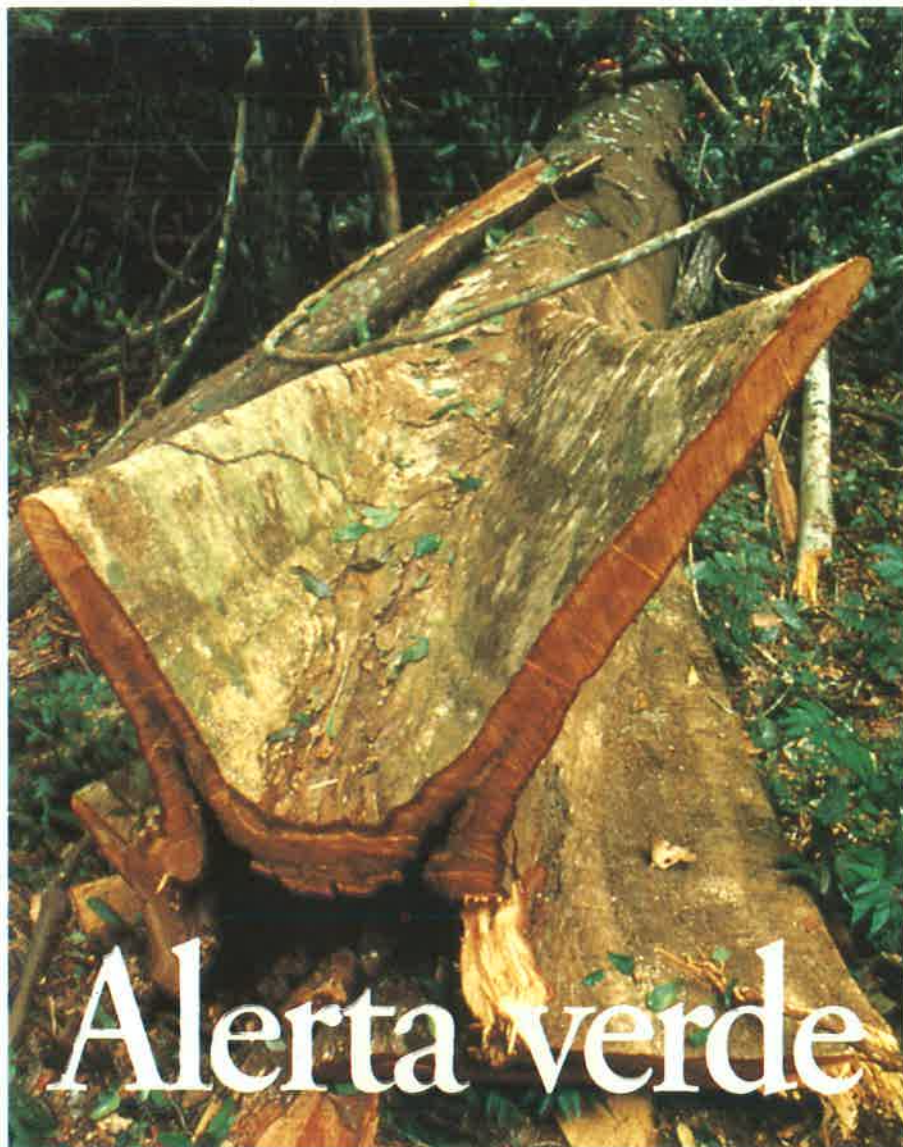
ACESITA ENERGÉTICA S/A
ARACRUZ CELULOSE S/A
BAHIA SUL CELULOSE S/A
CAF SANTA BÁRBARA LTDA. - EMPRESAS BELGO-MINEIRA
CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S/A - CENIBRA
COSIGUA - GRUPO GERDAU
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS - IEF
JARI CELULOSE S/A
KLABIN FABRICADORA DE PAPEL E CELULOSE S/A
MANNESMANN FI-EL FLORESTAL
RIOCELL S/A
VERA CRUZ FLORESTAL LTDA.

CO-PROMOÇÃO:

ABECEL - Associação Brasileira de Exportadores de Celulose
ABRACAVE - Associação Brasileira de Florestas Renováveis

REALIZAÇÃO:

ÂMBITO ASSESSORIA E CONSULTORIAL EMPRESARIAL LTDA.



Alerta verde

no Pará

Por José Augusto Padilha

O maior pólo madeireiro do País, localizado no município de Paragominas, no Pará, já mostra sinais de esgotamento.

Para evitar o total desmatamento da área produtiva, o WWF, - Fundo Mundial para a Natureza, e o Imazon, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, se uniram num projeto de manejo florestal, que incluiu o trabalho de uma serraria local.

Há sinais de fumaça no município de Paragominas, no oeste do Pará. Num estado que responde por 65% da produção nacional de madeira, a cidade (que possui 240 serrarias e é considerada o maior pólo madeireiro do País) começa a sentir os efeitos da escassez de toras, ocasionados pela exploração sem planejamento. Para tentar reverter este quadro, o WWF, Fundo Mundial para a Natureza, e o Imazon, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, iniciaram, em 1991, um plano de manejo, que visa diminuir o impacto da exploração no local.

A grande fonte de renda da cidade paraense é a madeira. Situada em uma região propícia à extração pela variedade de espécies, Paragominas aumentou o ritmo de trabalho depois da chegada da rodovia Belém-Brasília, que facilita o escoamento de produtos. Atualmente, a localidade fatura com essa atividade US\$ 160 milhões por ano, empregando cerca de 50 mil de seus 98 mil habitantes.

Cada uma das madeiras explora, em média, 300 hectares de floresta ao ano (ou 500 mil árvores derrubadas), o que já afetou 55% da mata em Paragominas. Grande parte desse percentual se deve ao despreparo do pessoal no momento da derrubada: não são cortados os cipós que prendem a árvore a outras, fazendo com que a tora seja abandonada. Ou então o corte é realizado em qualquer sentido,

sem a preocupação com os estragos que possa causar (como a derrubada de outras árvores próximas no momento da queda). Na hora do arraste da tora caída, ocorre ainda o manuseio incorreto por parte do operador de máquina, que, de maneira geral, não se preocupa com os danos causados.

A imperícia na identificação de madeira também é outro fator de desperdício. Os motosserristas às vezes não distinguem madeiras ocas de outras aproveitáveis comercialmente, só constatando o estado da tora no chão. Ao verificar o tronco oco, o madeireiro simplesmente o abandona.

Essa atitude é contestada pelo sócio-gerente da Irsa, Indústria Reunida Santo Antônio Ltda., Pérsio Barros de Lima. "A madeira oca, dependendo da espécie, como um ipê, é aproveitável." Ele confirma que um dos aspectos mais negativos da extração tradicional é o baixo aproveitamento dos troncos derrubados, o que acarreta efeitos altamente danosos. "Quando se retira madeira da mata, deixando rastros, aumenta o material de combustão e, no caso de ocorrer fogo na floresta, os estragos são grandes."

Segundo o WWF, para cada árvore aproveitada em Paragominas, 27 são destruídas. Como resultado da exploração, já se

busca toras a 80 quilômetros do município paraense. A organização não-governamental calcula que, se o modelo tradicional de extração se mantiver, as florestas da região estarão esgotadas entre 40 e 50 anos.

PROJETO MADEIRA

Tendo em vista a necessidade de racionalizar a exploração da madeira em Paragominas, o WWF e o Imazon elaboraram



Acima: área do projeto de manejo WWF/Imazon, ao lado, Paulo Barreto, do Imazon, e um técnico no pátio de arraste de toras do Projeto Madeira.



um plano de manejo florestal, conhecido como Projeto Madeira, para a utilização sustentada dos recursos locais. Iniciado em 1991, o projeto pretendeu apresentar uma alternativa de extração ecologicamente correta e economicamente viável. A organização não-governamental financiou os trabalhos, liberando uma verba de US\$ 340 mil e supervisionou a implementação experimental, a cargo do Imazon.

Este órgão, junto com a equipe de extração da serraria Irsa,

montou numa área (cedida pela madeireira) de 210 hectares dois blocos: num foram utilizadas as práticas tradicionais de exploração, e no outro se executou o manejo florestal sustentado. No segundo lote, foram adotados todos os procedimentos para evitar grandes impactos ambientais: um inventário florestal da região; planejamento de estradas de arraste de toras; corte dos cipós que ligam a árvore a ser derrubada a outras; verificação de que as espécies a serem cortadas não eram ocas, etc.

No momento da extração observaram-se outros cuidados, como o direcionamento na queda (orientado por cunha), a fim de causar o menor dano possível à área, bem como facilitar o transporte das toras; a coleta com skidder, que carrega a madeira de modo menos prejudicial ao ambiente.

Na área manejada constatou-se a redução em 50% do impacto sobre a floresta, o que permitirá a exploração por um tempo maior que o comum. Na exploração tradicional, as matas só poderão ser reaproveitadas num período de até 100 anos. Com a experiência do manejo abre-se a possibilidade de reduzir o tempo de espera para 30 a 40 anos. "Assim, com a adoção do manejo, as serrarias

precisarão apenas de metade da área atual de florestas para continuar a exploração”, afirma o coordenador e pesquisador do Projeto Madeira, Paulo Henrique Coelho Amaral.

RETORNO FINANCEIRO

De acordo com estudos do Imazon, esses trabalhos resultam num custo adicional de 45 reais por hectare, o que diminui a margem de lucro em 7%. “Porém, o manejo permite que a área seja explorada por muito mais tempo, possibilitando a recuperação desse investimento”, argumenta Paulo Amaral.

Por sua vez, Ulisses Lacava, assessor de comunicação do WWF, afirma que o mais importante nesse projeto foi a confirmação da viabilidade de manejo na Amazônia. “Se o método desenvolvido for aplicado em larga escala, pode significar, a longo prazo, a fixação do madeireiro em áreas de exploração que poderiam, em esquema de rodízio, fornecer madeira continuamente, sem a necessidade de buscar toras a grandes distâncias ou incorporar florestas intocadas ao sistema de produção.”

Os resultados de campo foram mostrados a 40 madeireiros de Paragominas, que se entusiasmaram com o trabalho desenvolvido, segundo Paulo Amaral. Ele informa que foi veiculado nos canais de televisão locais um vídeo produzido pelo WWF (veja box), que teve impacto considerável, tanto que muitas pessoas pediram pela reexibição.

As requisições não se restrin-

gem ao programa do WWF. O Imazon elaborou uma cartilha de manejo com os resultados finais, dirigida aos gerentes de extração das serrarias de Paragominas. Segundo o coordenador do Projeto Madeira, os madeireiros cobram esse manual desde seu primeiro esboço, assim como solicitam treinamento em exploração manejada. Ele lamenta, contudo, que a mentalidade dos trabalhadores dessas empresas não seja necessariamente a de seus proprietários. “Infelizmente, o aspecto que mais interessa aos empresários ainda é o custo.”

Todavia, Pêrsio de Lima, que acompanha o Projeto Madeira desde seu início, confirma a eficácia do manejo, mas faz uma ressalva: “Acredito que toda indústria brasileira da área esteja interessada nesse trabalho, mas é necessário um agente financiador, pois os custos iniciais são altos.” Para ele, é preciso ainda que haja treinamento de mão-

de-obra na região, pois a falta de profissionais qualificados é um problema em Paragominas. Na sua opinião, ainda não houve quem se interessasse em capacitar os madeireiros a explorar a madeira de forma adequada. Um obstáculo que deverá ser superado se depender dos esforços do Imazon.

“Não trabalhamos com extensão, mas com pesquisa. Por isso, pretendemos desenvolver um programa de treinamento, que forme instrutores para capacitar mais madeireiros a trabalhar com manejo sustentado”, observa Paulo Amaral, acrescentando que o instituto está atualmente na fase de acompanhamento da regeneração da mata cortada nas duas áreas. Trata-se de uma pesquisa que trará resultados a longo prazo, mas que desde já aponta uma possibilidade para a extração de toras na Amazônia e no Brasil. “Paragominas é um laboratório, um exemplo”, afirma Pêrsio de Lima.

Manejo pela televisão

Um programa de vídeo, realizado pelo WWF, ensinou o bê-a-bá do manejo florestal ao pessoal de Paragominas. Produzido em 1994, o vídeo enfoca a exploração tradicional na cidade paraense, seus danos e a parceria do instituto com o Imazon, para a elaboração de um plano de manejo. Com duração de 26 minutos, o trabalho venceu o

prêmio de Melhor Roteiro do 1º Festival Nacional do Vídeo Ecológico de Palmas, Estado do Tocantins, ocorrido no ano passado. O vídeo, exibido em Paragominas por dois canais de televisão locais, teve boa repercussão na região. Fitas podem ser adquiridas junto à entidade, cujo telefone é (061) 248-2899.



ESTATUTO

Capítulo I

Denominação, sede, duração e finalidades

Artigo 1. A Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), fundada em 21 de setembro de 1955, com sede na Capital do Estado de São Paulo, é uma associação de âmbito nacional, de duração indeterminada e sem fins lucrativos, que tem por finalidade:

- a) Congregar todos os que se dedicam à formação, recomposição e utilização sustentável das florestas;
- b) Estudar e difundir preceitos de preservação dos recursos naturais renováveis e defesa do meio ambiente em geral;
- c) Propugnar por medidas que visem conciliar os interesses conservacionistas com os de uso das florestas ou dos solos florestais, a fim de minimizar os confrontos existentes nessa áreas;
- d) Participar de estudos e de campanhas destinadas a garantir a reposição, de forma a serem mantidas e aumentadas as disponibilidades de matéria-prima florestal, dentro da diversificação qualitativa necessária aos diversos empregos dessa matéria-prima;
- e) - participar da elaboração e do estabelecimento de planos e programas florestais, fornecendo subsídios que, atendendo às características das

diferentes regiões do País, venham a contribuir para o sucesso econômico e social dos empreendimentos que deles decorram;

- f) Incentivar a revisão, a consolidação e o aprimoramento da legislação florestal, pondo à disposição das autoridades pertinentes, contribuição técnica para a consecução desses objetivos e;
- g) Promover manifestações e campanhas para estabelecer e veicular posicionamentos e reivindicações, congregando para tanto associações e entidades veiculadas ao setor de base florestal.

Artigo 2. Para realização dessas finalidades a SBS deverá:

- a) Participar e promover a realização de conferências, concursos, congressos e exposições no âmbito de suas atribuições;
- b) Representar e defender, perante os poderes públicos, os interesses dos seus associados;
- c) Manter intercâmbio e cooperação com organizações congêneres;
- d) Organizar um centro de informações sobre matéria de interesse de seus associados;
- e) Colaborar com as autoridades

governamentais responsáveis pelas atividades florestais nas diversas regiões do País e;

- f) Montar as estruturas que forem necessárias, obedecendo conveniências de organização e de localização ditadas pela natureza e o caráter das missões a cujo desempenho se destinam.

Artigo 3. A SBS disporá, para uso de seus associados, de uma sede na Capital do Estado de São Paulo e, além disso, poderá manter, segundo suas conveniências, escritórios ou sedes regionais em qualquer unidade da Federação.

Artigo 4. A SBS concederá aos que se destacarem no campo das atividades florestais, de acordo com a regulamentação em vigor, a Medalha de Mérito Florestal "Navarro de Andrade - Pioneiro do Reflorestamento", instituída por sua iniciativa e oficializada pelo Governo Federal, através do Decreto n. 1765, de 30 de novembro de 1962.

Artigo 5. A SBS terá um emblema, cujas características e cores obedecerão às especificações constantes do Regulamento.

Capítulo II

Dos sócios

Artigo 6. A Sociedade Brasileira de Silvicultura terá número ilimitado de sócios, inscritos nas seguintes categorias:

- a) Honorários: ex-presidentes, ex-diretores ou conselheiros de notável atuação e pessoas que hajam prestado relevantes serviços à sociedade;
- b) Eméritos: autoridades e personalidades destacadas, que por seus méritos e por suas ações venham a ser credoras do reconhecimento da SBS;
- c) Coletivos patrocinadores: pessoas jurídicas interessadas em garantir, através de contribuições regulares, a complementação orçamentária da SBS, assegurando-lhe os recursos necessários à plena execução dos seus programas de trabalho;
- d) Coletivos colaboradores: pessoas

jurídicas que se disponham a contribuir para a manutenção e o desenvolvimento da SBS, servindo assim os interesses da Silvicultura no Brasil;

- e) Coligados: sindicatos relacionados à indústria madeireira, instituições afins e associações congêneres interessadas em ações conjuntas sob a égide da SBS, nos diferentes setores da atividade florestal e;
- f) Individuais: pessoas físicas que se interessam pelos assuntos do âmbito da SBS.

Artigo 7. A admissão de sócio coletivo, coligado ou individual, será feita mediante proposta regular, competindo à Diretoria Executiva aprovar ou recusar o pedido.

Parágrafo Único - Os sócios coletivos e coligados serão representa-

dos perante a Sociedade por pessoa com credenciamento permanente. A substituição do representante credenciado poderá ser feita a qualquer tempo.

Artigo 8. A admissão de sócio honorário ou emérito far-se-á com a anuência do interessado, por iniciativa do Conselho Deliberativo, nos casos de acolhimento de sugestão formalizada por um ou mais sócios.

Parágrafo Único - Os sócios honorários e eméritos são dispensados de pagamento das anuidades e de qualquer contribuição à SBS.

Artigo 9. - A contribuição anual das diferentes categorias de sócios será fixada pelo Conselho Diretor, por proposta da Diretoria Executiva.

Capítulo III

Dos direitos e deveres dos sócios

Artigo 10. São direitos dos sócios:

- a) Frequentar a sede social e utilizar suas dependências e seus serviços;
- b) Subscrever solicitações, comparecer à Assembléia Geral e participar de suas deliberações;
- c) Receber gratuitamente revistas e boletins que venham a ser publica-

dos pela SBS;

- d) Solicitar da Sociedade providências junto aos poderes públicos no respeitante a assuntos de interesse geral dos associados;
- e) Propor por escrito ao Conselho Deliberativo medidas ou projetos que considere úteis aos objetivos da

Sociedade e;

- f) Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo.

Artigo 11. São deveres dos sócios:

- a) Respeitar este Estatuto, os regulamentos expedidos para sua execução, as deliberações da Assembléia

Geral e do Conselho Deliberativo;
b) Participar das reuniões das comissões especiais para as quais for indicado e;
c) Pagar pontualmente as anuidades e demais obrigações pecuniárias devidas à SBS.

Artigo 12. A exclusão de sócio dar-se-á:

a) Por vontade própria mediante

pedido de demissão, estando o sócio demissionário quites com a SBS;
b) Pelo não cumprimento do disposto em qualquer dos itens do artigo 11, que relaciona os deveres dos sócios;
c) Por ação contra interesses da Sociedade ou por falta de idoneidade moral comprovada por Comissão de Sindicância, composta de 3 (três) membros indicados pelo Conselho Deliberativo e por decisão de 2/3 des-

se Conselho.

Parágrafo 1. Da decisão do Conselho Deliberativo cabe recurso à Assembléia Geral.

Artigo 13. Os membros do quadro social, ainda que exercendo cargos eletivos, não respondem por obrigações contraídas pela SBS, quer individual, subsidiária ou solidariamente.

Capítulo IV

Dos órgãos dirigentes

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 14. São órgãos dirigentes da Sociedade Brasileira de Silvicultura: I) Assembléia Geral - constituída por todos os sócios da SBS, sendo órgão supremo e soberano em suas decisões. II) Conselho Deliberativo - composto por 3 (três) sócios individuais, 3 (três) representantes de sócios coletivos colaboradores e por representantes de sócios coletivos patrocinadores até o limite de 30 membros, eleitos nas eleições gerais. III) Conselho Fiscal - composto por 3 (três) sócios como titulares e 3 (três) sócios como suplentes. IV) - Conselho Consultivo - composto por todos os ex-presidentes da SBS, pelos homenageados com a Medalha "Navarro de Andrade - Pioneiro do Reflorestamento" e pelos sócios honorários, todos conduzidos à condição de Conselheiros pelo só efeito deste Estatuto. V) Diretoria Executiva - composta pelo Diretor Superintendente e pelos integrantes do quadro funcional encarregado dos Programas Especiais, das Estruturas de Apoio Técnico e da

Administração Geral.

Artigo 15. O seu mandato do Conselho Fiscal, bem como do Conselho Deliberativo e de seu Presidente e Vice Presidente, escolhido entre seus pares, será de 2 (dois) anos, tendo início no mês de junho de cada biênio.

Parágrafo Único. A concessão da Medalha "Navarro de Andrade - Pioneiro do Reflorestamento" deverá ocorrer a cada 2 (dois) anos, em data de livre escolha do Conselho Deliberativo.

Artigo 16. As eleições para preenchimento dos cargos dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão procedidas em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para essa finalidade, 20 (vinte) dias antes do término dos mandatos e realizada no máximo 15 (quinze) dias após sua convocação.

Parágrafo Único - Os Conselheiros dos Conselhos Deliberativo e

Fiscal, poderão ser destituídos das suas funções, mediante deliberação da Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.

Artigo 17. Os Conselheiros representantes de sócios patrocinadores ou colaboradores que vierem a se desligar da SBS, perdem automaticamente seus mandatos, ocorrendo o contrário na eventualidade do ingresso de novos sócios coletivos.

Parágrafo Único. As alterações citadas no caput deste Artigo serão ratificadas, a posteriori, pela Assembléia Geral.

Artigo 18. Os cargos da Diretoria Executiva, incluídos o de Diretor Superintendente e de Secretário Geral, serão preenchidos por decisão do Conselho Deliberativo que, inclusive deverá fixar os proventos dos seus ocupantes.

Artigo 19. Os Conselheiros, conjunta ou individualmente, não terão quaisquer vantagens pecuniárias pelo



desempenho de seus cargos, podendo todavia exercer cumulativamente funções remuneradas nas estruturas técnico-administrativas da SBS.

Artigo 20. Qualquer membro do Conselho Deliberativo que faltar a mais de 3 (três) reuniões consecutivas sem justificção, perderá o mandato.

Seção II - Da Assembléia Geral

Artigo 21. A Assembléia Geral dos Sócios, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão soberano da Sociedade.

Artigo 22. A Assembléia Geral Ordinária será realizada durante o primeiro trimestre de cada ano para a apreciação das contas relativas ao exercício anterior e para tratar de assuntos de interesse da Sociedade.

Artigo 23. A Assembléia Geral Extraordinária terá lugar sempre que necessário.

Artigo 24. As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Conselho Deliberativo, através de edital publicado em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 15 dias.

Parágrafo Único - Se o Conselho Deliberativo não tomar a iniciativa de convocar a Assembléia Geral, poderá fazê-lo o Conselho Consultivo ou um terço (1/3) dos sócios com direito a voto, através do requerimento dirigido ao Conselho Deliberativo.

Artigo 25 - As Assembléias Gerais serão realizadas na sede social ou em local indicado nos editais de convocação, com a presença de dois terços (2/3) dos sócios, no mínimo, em primeira convocação. Em segunda convocação, meia hora (1/2) após, serão realizadas com qualquer número de sócios, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples de votos

ponderados, com a observância do disposto nos parágrafos primeiro (1.), segundo (2.), terceiro (3), e quarto (4.) deste artigo.

Parágrafo 1 - Somente tomarão parte das Assembléias Gerais os sócios quites com a tesouraria da SBS e em gozo de seus direitos. Os sócios ausentes poderão fazer-se representar por outro sócio munido do respectivo mandato, que ficará arquivado na Sociedade.

Parágrafo 2 - Nas Assembléias Gerais, a ponderação de votos serão feitas de forma a equiparar paritariamente o número de votos correspondentes aos sócios pessoas físicas com os correspondentes aos sócios pessoas jurídicas do total do quadro social, que estejam em gozo de seus direitos e quites com a Sociedade na da Assembléia Geral.

Parágrafo 3 - Nas Assembléias Gerais, a alienação dos bens patrimoniais e a extinção da Sociedade somente serão deliberações válidas desde que aprovadas por um número de votos ponderados que represente no mínimo dois terços (2/3) dos sócios quites e em gozo de seus direitos, presentes ou não à Assembléia Geral.

Parágrafo 4 - Nas Assembléias Gerais, a reforma dos Estatutos somente terá validade desde que aprovada por um número de votos ponderados que represente a maioria simples de sócios em gozo de seus direitos e quites com a Sociedade, presentes ou não à Assembléia Geral.

Artigo 26 - O presidente do Conselho Deliberativo instalará a Assembléia Geral, procedendo imediatamente à escolha, por aclamação, do sócio efetivo que presidirá os trabalhos, cabendo a este, a designação do Secretário.

Artigo 27 - Lavrar-se-á Ata de

tudo o que ocorrer na Assembléia Geral, Ata essa que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa, pelo Secretário e associados presentes.

Seção III - Do Conselho Deliberativo

Artigo 28. O Conselho Deliberativo, que elegerá dentre seus membros 1 Presidente e 1 Vice Presidente, reunir-se-á pelo menos uma vez por trimestre, ou quando necessário, por convocação de seu Presidente, ou de metade de seus membros.

Artigo 29. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a) Convocar a Assembléia Geral;
- b) Elaborar o regimento interno da Sociedade;
- c) Coordenar os programas e projetos de ação;
- d) Decidir sobre a aplicação de valores disponíveis;
- e) Contratar o Diretor Superintendente e preencher os demais cargos estabelecidos no Regimento da Diretoria Executiva;
- f) Representar a Sociedade oficialmente;
- g) Estabelecer convênios ajustes e contratos com outras entidades;
- h) Fixar as mensalidades e outras contribuições eventuais das diversas categorias de sócios.

Artigo 30. Dois membros quaisquer do Conselho Deliberativo, em conjunto, terão poderes para representar a Sociedade em juízo, ou fora dele, podendo constituir procuradores em nome daquela, fixando-lhes os poderes no instrumento de mandato.

Artigo 31. São atribuições do Presidente e, na sua ausência, do Vice Presidente:

- a) - convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo;
- b) - administrar a Sociedade, fazen-

do cumprir este Estatuto e as deliberações dos órgãos dirigentes;

c) Proferir voto de qualidade nas deliberações em que houver empate;

d) Tomar "ad-referendum" dos órgãos competentes, todas as medidas que, pelo caráter urgente, não possam sofrer retardamento.

Seção IV - Do Conselho Consultivo

Artigo 32 - Compete ao conselho Consultivo assessorar o Conselho Deliberativo a dar pareceres sobre os assuntos que lhe forem submetidos;

Artigo 33 - São atribuições do Conselho Consultivo;

a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Consultivo;

b) Providenciar sobre a execução das tarefas cometidas ao Conselho Consultivo.

Seção V - Do Conselho Fiscal

Artigo 34 - O Conselho Fiscal é o órgão responsável pelo exame da prestação de contas do exercício fin-

do e dos demonstrativos financeiros.

Artigo 35 - Os membros do Conselho Fiscal assumirão seus cargos na mesma oportunidade em que se der a posse dos demais eleitos, provenientes das eleições gerais.

Artigo 36 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Cumprir as obrigações e deveres que lhe são impostos pelo Estatuto;
- b) Dar parecer sobre os demonstrativos financeiros trimestrais e a prestação das contas do exercício findo, no prazo de 30 (trinta) dias;
- c) Dar parecer sobre o orçamento do ano social entrante, elaborado pelo Conselho Deliberativo, no prazo de 30 (trinta) dias; e
- d) Opinar sobre matéria de sua competência, quando solicitado pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 37 - Ao Conselho Fiscal compete convocar o membro suplente para assumir o cargo titular, no caso de ausência temporária ou definitiva deste.

Seção VI - Da Diretoria

Executiva

Artigo 38 - A Diretoria Executiva é constituída pelo Diretor Superintendente e pelas estruturas técnicas e administrativas responsáveis pelas seguintes áreas de trabalho e setores específicos.

- a) - Administração e Finanças: Secretaria, Tesouraria, Contabilidade e Serviços Gerais;
- b) - Programas Institucionais: Publicações, Eventos, Biblioteca, Documentação e Estatística;
- c) - Programas Especiais: Cerflor, "Casa da Silvicultura" Câmaras Técnicas e Prestação de Serviços.

Parágrafo Único - O CERFLOR - "Sistema Nacional de Certificação de Origem de Matéria-Prima Florestal" será regido por estatuto próprio.

Artigo 39 - O detalhamento dessas incumbências, com a descrição das suas atribuições e dos recursos necessários ao desempenho das mesmas deverão constar de regulamento a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Capítulo V

Do patrimônio e receitas

Artigo 40. O patrimônio da SBS será constituído pelos bens imóveis adquiridos ou recebidos em doação.

Artigo 41. A aquisição de bens dependerá de aprovação prévia do Conselho Diretor.

Parágrafo Único - Os bens imó-

veis que a SBS venha a adquirir não poderão ser alienados sem o consentimento prévio da Assembléia Geral.

Artigo 42. O patrimônio social permanecerá sob a guarda e a responsabilidade da Diretoria Executiva, cabendo entretanto aos sócios, de maneira geral, a obrigação de zelar

pelos bens e direitos da SBS.

Artigo 43. As fontes da receita da SBS são as seguintes:

- a) Mensalidades;
- b) Anuidades;
- c) Doações;
- d) Subvenções e auxílios; e
- e) Diversas - outras fontes.

Capítulo VI

Das disposições gerais

Artigo 44. O presente Estatuto somente poderá ser emendado ou reformulado pela Assembléia Geral.

Artigo 45. Nos casos da lei ou por deliberação dos sócios, na forma já prevista neste Estatuto, à dissolução e liquidação da SBS aplicar-se-ão os preceitos legais vigentes, cabendo à Assembléia Geral a escolha de liquidante e decisão sobre o destino a dar ao patrimônio social.

Parágrafo Único - Só entidades sem fins lucrativos poderão receber os bens resultantes da liquidação da Sociedade Brasileira de Silvicultura.

Artigo 46. A SBS não participará de quaisquer atividades ou manifestações político-partidárias ou religiosas.

Artigo 47. A SBS, reconhecida de utilidade pública pela lei n. 8.165, de

19 de junho de 1964, do Governo do Estado de São Paulo, para continuar nessa condição, deve cumprir regularmente as disposições de lei Estadual n. 3.198, de 15 de outubro de 1955.

Aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 13 de junho de 1995.

Conselhos

Deliberativo

Presidente: Nelson Barboza Leite (Celmar)

Vice-Presidente: Francisco Bertolani (Duratex)

Conselheiros:

Representantes de Sócios Patrocinadores:

- Adenir Cunha Bueno - (Ripasa)
- Bruno Stern - (Gethal)
- Carlos Alberto Fúncia - (Suzano)
- Edson Antonio Baloni - (Pisa)
- Evaristo Manoel Lopes - (Klabin)
- Israel Coslovsky - (Amcel)
- Jorge Humberto Teixeira Boratto (Eucatex)
- Jorge Vieira Gonzaga - (Riocell)
- Manoel de Freitas - (Champion)
- Paulo Gustavo Migon - (Placas do Paraná)
- Pedro José Speroni - (Satipel)
- Pedro Vaillant - (Veracruz)

- Vagner Pereira Pinto - (Cenibra)
- Carlos Alberto Roxo - (Aracruz)
- Lineu Wadouski - (Jari)
- José Luiz Magalhães Neto - (Caf-MG)
- Mário Santana - (Inpacel)

Representantes de Sócios

Colaboradores

- Renato Trecenti - (Lwarte)
- Rubens Francisco Tocci - (Marquesa S.A)

Representantes de Sócios

Pessoas Físicas

- Herman Lescher
- Marco Aurélio A. C. Machado
- Walter Suiter Filho

Fiscal

Titulares: - Augusto Tatibana - (Pessoa Física) - Celso Coutinho - (Pessoa Física) - Geraldo Alves de Moura - (Pessoa Física)

Suplentes: - Edson José Marson - (Irani) - José Inácio Rondina - (Pisa) - Norival Tonieto - (Sócio Colaborador)

Consultivo

Ex-Presidentes da SBS

Amantino Ramos de Freitas
Herbert Victor Levy
Jorge Humberto Teixeira Boratto
Laerte Setubal Filho
Ronaldo Algodoal Guedes Pereira
Sérgio Carlos Lupatelli

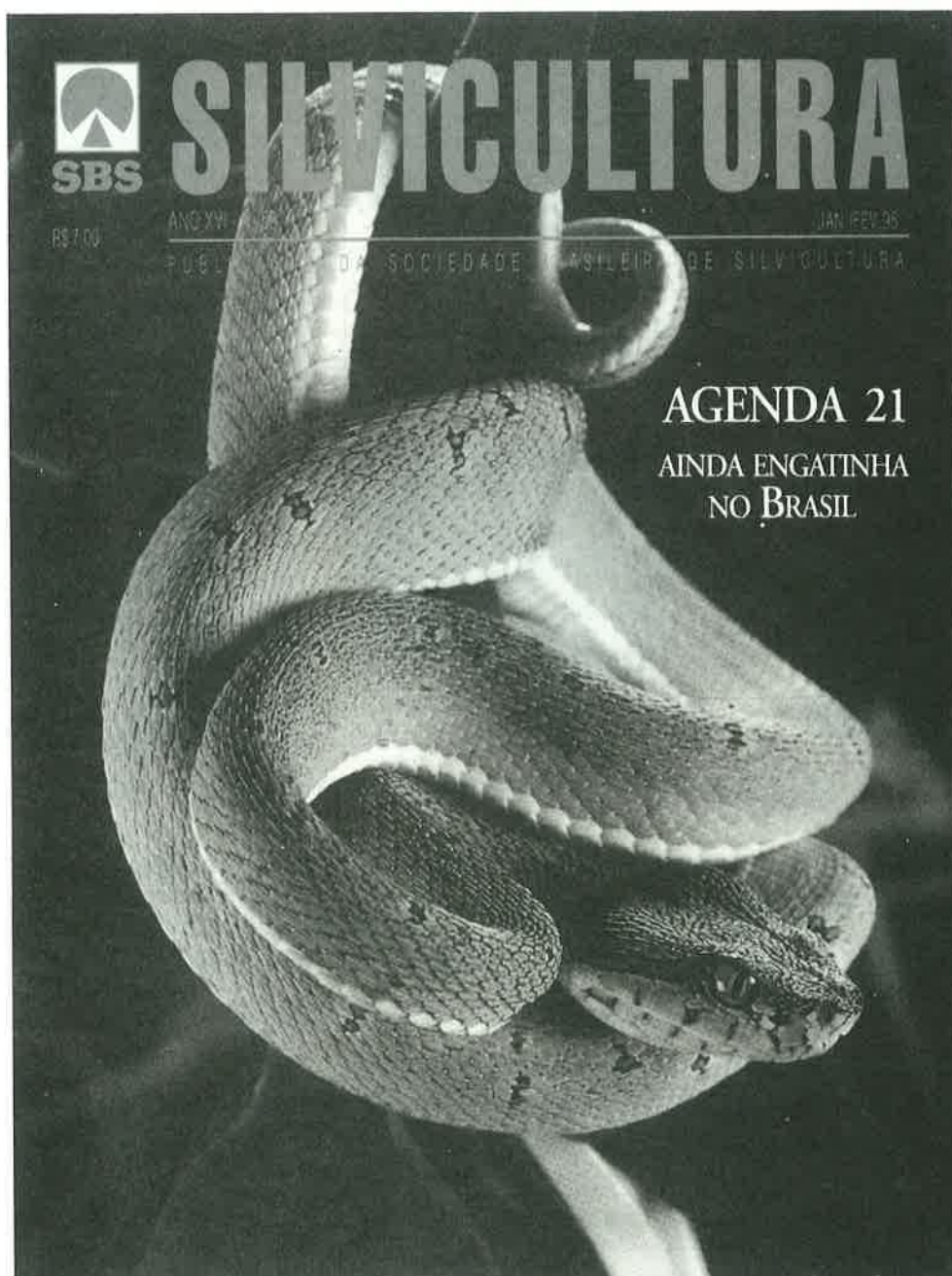
Agraciados com a medalha Navarro de Andrade

Antonio Sebastião Rensi Coelho
Asdrubal Silveira Alves
Clara Martins Pandolfo
João Mursa Pires
Laércio Osse
Leopoldo Garcia Brandão
Max Feffer

Sócios Honorários

Antonio Paulo Mendes Galvão
Helládio do Amaral Mello
José Carlos Carvalho
Luiz Ernesto George Barrichelo
Osmar Elias Zogbi
Roberto Maluf

O MUNDO SILVICULTURAL PERTO DE VOCÊ



R\$7,00

SILVICULTURA

ANO XVI

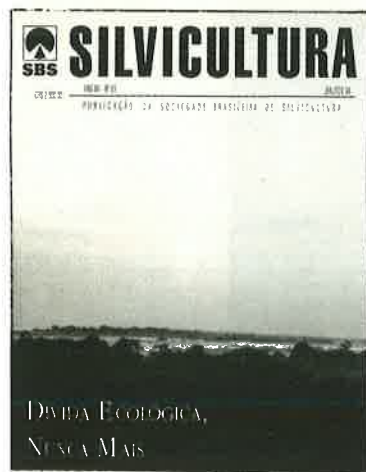
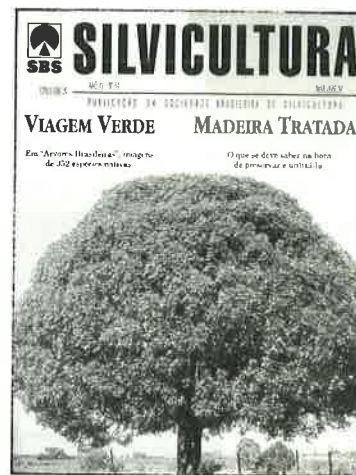
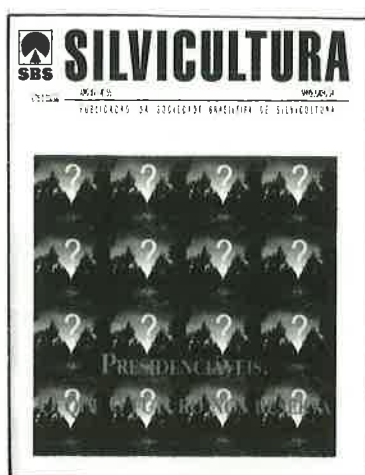
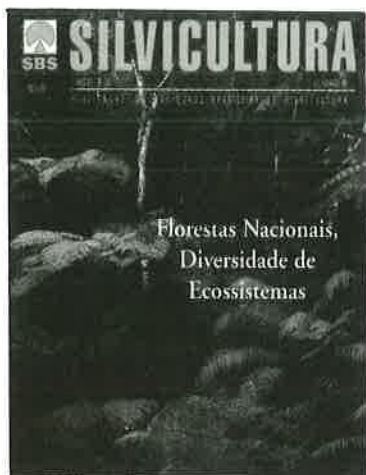
JAN/FEV 95

PUBLICADA PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA

AGENDA 21

AINDA ENGATINHA
NO BRASIL

**APROVEITE E FAÇA JÁ A SUA ASSINATURA.
 POR APENAS R\$ 35,00 VOCÊ RECEBE A
 MELHOR REVISTA DE SILVICULTURA DA AMÉRICA LATINA.**



APROVEITE ESTA OFERTA ESPECIAL: RECEBA 6 EDIÇÕES PELO PREÇO DE 5

Na *Revista Silvicultura* você fica informado sobre tudo o que acontece na área, obrigação de todo profissional moderno e atuante. Preencha todos os dados do cupom à máquina ou em letra de forma. Recorte na linha pontilhada e envie com cheque nominal à Sociedade Brasileira de Silvicultura, rua Marsélha, 1.180, Jaguaré, CEP 05332-000, São Paulo, SP.

QUERO RECEBER EM MEU ENDEREÇO, PELO PRAZO DE UM ANO, SEIS EDIÇÕES DA REVISTA SILVICULTURA.

NOME _____
 CARGO/PROFISSÃO _____ DATA NASC. _____
 EMPRESA _____ RAMO _____
 ENDEREÇO _____ RES _____ COML _____
 CIG/CGC _____ TEL _____ FAX _____
 BAIRRO _____ CEP _____
 CIDADE _____ ESTADO _____
 ESTOU ANEXANDO CHEQUE Nº _____ DO BANCO _____ NO VALOR DE R\$ _____
 RECIBO: EM MEU NOME () _____ NOME DA EMPRESA () _____
 DATA _____ ASSINATURA _____

A realidade das seringueiras no Brasil

Por César Dassie

Depois de ter sido o maior produtor e exportador mundial de borracha natural, o País perdeu a posição de destaque, em 1951, para o sudeste asiático. No entanto, um levantamento do Ibama revela que, entre os anos 2020 e 2040, a produção voltará a ser suficiente para entrar novamente no mercado internacional.



Seringal jovem, no Campo Experimental da Esalq/USP.

Até a metade deste século, o Brasil liderava a heveicultura mundial. Um setor tido apenas como atividade extrativista, que não adotava um sistema comercial para a sua matéria-prima. Enquanto isso, outras nações iniciavam o desenvolvimento de tecnologias mais adequadas para sua exploração, deixando para trás o país originário dessa espécie. As primeiras sementes de seringueiras plantadas fora daqui foram levadas, na segunda metade do século passado, para o Jardim Botânico de Londres, onde os ingleses já encaravam as potencialidades de suas características de forma organizada. "Somente quando a importação começou a suprir as necessidades da demanda nacional é que o tratamento com essa cultura começou a ser modificado", explica a enge-

nheira agrônoma Adriana Novais Martins, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP).

Esse atraso se reflete na 12ª posição que o Brasil ocupa atualmente, com uma produção de 50.000 toneladas de borracha natural (estimativa para 1995), suficiente apenas para suprir 30% da demanda nacional, que exige um volume de 150.000 toneladas/ano. Na liderança desse mercado está a Tailândia, que fornece cerca de um milhão, 570 mil toneladas/ano, seguida da Indonésia, com um milhão 301 mil ton./ano, e Malásia, com um milhão e 74 mil ton./ano, que resulta no sudeste asiático como a principal região produtora da seringueira, originária da Amazônia.

Mas nem só de índices decedentes vive a realidade dessa espécie no País. Um levanta-

mento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), divulgado neste ano, revela que, no máximo, até o ano 2040 a produção nacional será suficiente para participar novamente da exportação do látex. Segundo Adriana, "o principal motivo desse otimismo vem dos investimentos dos tradicionais produtores, que estão aumentando suas plantações, e dos que começaram a entrar no mercado recentemente".

Além disso, o Ibama está lançando um programa que efetivará essa cultura em 250.000 hectares, divididos entre os Estados localizados acima do Paraná. Um trabalho que deve ser desenvolvido, principalmente, em áreas de aproximadamente cinco hectares, com o objetivo de pulverizar as regiões plantadoras. "Os locais viáveis para esse plantio já foram mapeados, o que nos permite estabelecer critérios adequados para cada terreno", afirma o chefe do Departamento de Comercialização de Borracha do Ibama, José Silvério Lage Martins.

Tendo em vista que a seringueira demora sete anos para começar a produzir e 12 para atingir sua plenitude, ele acredita que dentro de 15 anos a heveicultura nacional estará com um percentual 10 vezes maior do que o volume praticado atualmente, chegando a 500.000 toneladas/ano. "Sendo assim, voltaremos a ser exportadores muito antes do que imaginamos", completa.



Vista geral de um seringal adulto em sangria.



Detalhe de uma árvore em sangria, cuja técnica exige incisão na casca do caule, por onde flui o látex. Dependendo do sistema adotado, esses "riscos" são reabertos a cada quatro ou sete dias. Para a obtenção de um maior fluxo é utilizado o hormônio vegetal, à base de etileno.

segurança nacional", ressalta Adriana. No caso dos pneumáticos, exemplifica, a mistura com materiais sintéticos pode variar de 27 a 100%, dependendo do resultado que se pretende alcançar, mas sua utilização é indispensável.

Dessa forma, a expectativa, para 1998, é de que a demanda internacional deve ultrapassar seis milhões de ton./ano, 10% a mais do volume atual. Nesse sentido, um estudo realizado pelo Instituto Francês de Pesquisa da Borracha (Irca — Institut Recherchs Sur Le Caoutchouc), para os próximos 50 anos, mostra que o Brasil possui as melhores condições para suprir as necessidades de crescimento do setor. "Um levantamento que prova o potencial de nossas regiões", comenta Martins.

RIQUÍSSIMO UNIVERSO

Com uma produção mundial de aproximadamente cinco milhões, 463 mil toneladas/ano de borracha natural, a cultura da seringueira apresenta um espectro bastante amplo para a utilização de sua matéria-prima. Pneus, luvas cirúrgicas, condutores elétricos, mangueiras, correias, preservativos, fios elásticos, são apenas alguns dos produtos cujo látex é o material primordial para suas fabricações. "Desse modo, há mercado garantido para essa cultura, que abastece indústrias de artigos que podem ser considerados de

ZONAS DE ESCAPE

A alta umidade e elevada temperatura da Amazônia impedem o desenvolvimento da heveicultura naquelas áreas, por causa da existência do fungo *Microcyclus ulei*, causador da doença conhecida como mal-das-folhas. "Sendo assim, as plantações começaram a ser ampliadas para locais menos favoráveis ao seu ataque epidêmico, como é o caso do Planalto do Estado de São Paulo, que apresenta condições propícias para o desenvolvimento

da cultura, formando zonas de escape", analisa Adriana.

Somando 38.000 hectares, ocupados com 16 milhões de seringueiras, o Estado é responsável por 35% da borracha natural do Brasil. São 1.850 produtores concentrados nas seguintes regiões: 40% em São José do Rio Preto; 20% em Barretos; 15% em Araçatuba; 10% em Bauru; 10% em Marília; 10% em Presidente Prudente; e 5% em Registro, Vale do Ribeira e Campinas.



Austrália: a mãe do reflorestamento brasileiro

É praticamente impossível falar em reposição florestal no Brasil sem mencionar o eucalipto, principal árvore do reflorestamento nacional. Dessa forma, vale a pena conhecer a situação florestal da Austrália, país de origem dessa espécie.

“**D**esde sua colonização, a Austrália sempre teve o recurso florestal como um dos aspectos fundamentais no seu desenvolvimento sócio-econômico.” Foi com esta frase que o pesquisador do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (Ipef), Paulo Eduardo Telles dos Santos, que participou, de 11 de fevereiro a 03 de março, da Conferência

Internacional da CRCTHS-IUFRO (*Cooperative Research Centre for Temperate Hardwood Forestry - International Union Forestry Research Organisation*), realizada na cidade de Hobart, Austrália, definiu a importância desse setor para aquele país.

Com uma área de 44,2 milhões de hectares, essas florestas ocupam cerca de 5,8% do território australiano e estão localizadas principalmente ao longo da costa leste, composta

pelos estados de Queensland, New South Wales, Victoria e Tasmânia. Desse total, 30 milhões de hectares estão disponíveis ao aproveitamento econômico, e se encontram subdivididos da seguinte forma: 11,3 milhões são destinados aos cortes moderados; 10,6 milhões de cortes leves; 7,1 milhões para cortes em regimes de rotações longas (de 90 a 120 anos) e um milhão faz parte do reflorestamento, cujas principais plantações são exe-

cutadas com Pinus. Toda essa produção está basicamente comprometida com as indústrias de celulose, papel, madeira sólida, painéis, estruturas e móveis.

“Hoje, o aproveitamento econômico das matas é realizado em formações simples, com predomínio das espécies de eucalipto em florestas abertas altas e baixas, muito mais fáceis de serem manejadas com base sustentável do que as mistas”, explica Santos. Nesse sentido, a participação do governo vem sendo essencial, por meio das Comissões Florestais Estaduais e Serviço Florestal, que têm como compromisso planejar a utilização das matas com o objetivo de manter seus múltiplos usos e garantir a sustentabilidade da produção.

Para isso, são realizados trabalhos de mapeamento dessas áreas, supervisão de qualquer corte, avaliação da flora, solo e fauna,



Área de conservação genética de *Eucalyptus globulus*.

Floresta esclerófila. Ocorrência de *Eucalyptus obliqua*.



estabelecimento de locais de conservação, manejo sustentado, proteção dos recursos naturais, educação ambiental, pesquisa e desenvolvimento da ciência.

Por tudo isso, a famosa terra do canguru ganha destaque pela variedade de sua vegetação, per-

tencente, principalmente, aos gêneros Eucalyptus, Araucaria, Acacia, Melaleuca, Callitris, Syncarpia, Tristania e Casuarina. “Porém, o Eu-

calyptus é o

predomi-

nante, pos-

s u i n d o

mais de

500 espé-

cies em

forma-

ções fechadas, abertas altas, abertas baixas e savanas”, ressalta Santos.

Já no que se refere ao desmatamento, ele ressalta que sua ocorrência é bastante rara quan-

do se trata de liberação de áreas para outras atividades. No entanto, o corte raso ainda vem sendo praticado em duas situações: com as clareiras em florestas naturais e em reflorestamento. “Em 200 anos, o país perdeu cerca de 26 milhões de hectares de florestas, que cederam espaço para agricultura, pecuária e fornecimento de madeira aos aliados durante as duas Grandes Guerras Mundiais”, comenta.

CHEGANDO AO BRASIL

A relevância do setor florestal na Austrália não fica apenas entre suas fronteiras, pois o mundo também desfruta do seu desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas; da comercialização, principalmente, da madeira sólida; e da riqueza do material genético de espécies vegetais, destinados aos programas de reflorestamento em locais tropicais e subtropicais.

Ao lado, Nova Gales do Sul, Austrália, e, abaixo, Floresta Estadual de Gympie, exemplares de *Eucalyptus crebra* e *Eucalyptus ocmeniorde*.



Nesse sentido, o Brasil, há aproximadamente 170 anos, tornou-se um dos países que trabalha com espécies provenientes de lá, principalmente o eucalipto. Tudo começou por volta de 1825, quando as primeiras mudas desse gênero foram trazidas

para satisfazer a curiosidade dos que pretendiam utilizá-las na ornamentação e aproveitar suas características terapêuticas. Porém, somente 80 anos depois, sua importação passou a ser encarada com enfoque econômico, especificamente quando Edmundo Navarro de Andrade, da Companhia Paulista de Ferro, desenvolveu um trabalho pioneiro com esse caráter.

“Um aspecto decisivo para a eucaliptocultura brasileira, em virtude dos subsídios, informações e diversos benefícios que proporcionou”, comenta Santos.

Hoje, com uma área de aproximadamente 6,5 milhões de hectares de eucaliptos planta-

dos, o País utiliza sua produção na fabricação de madeira serrada (tábuas e vigas), lâminas, postes, moirões, chapas de fibra, celulose, papel, carvão, lenha, óleos essenciais, móveis, cabos de ferramentas, entre outras. A facilidade que essa espécie teve de se ajustar às condições brasileiras foi bastante significativa neste processo.

A similaridade da posição do Brasil e da Austrália no globo terrestre faz com que existam regiões ecologicamente semelhantes nos dois países, resultando num melhor desenvolvimento das espécies exóticas australianas. “Pode-se dizer que muitas delas já estão bem adaptadas. Contudo, esse é um trabalho que nunca pára, seja pela seleção natural ou artificial”, afirma.



Minas: fomento florestal inclui espécies nativas



Por Márcio Valle Diniz

Garantir a pequenos e médios produtores rurais de Minas Gerais uma nova alternativa econômica, bem como contribuir para a produção ambiental no estado. Em linhas gerais,

é com estes objetivos que a Cenibra, Celulose Nipo-Brasileira S.A., um dos mais importantes produtores mundiais de celulose de fibra curta de eucalipto e o IEF, Instituto Estadual de Flo-

restas, assinaram, no dia 20 de junho, contrato visando a implantação de Programa de Fomento Florestal.

O programa prevê o plantio, com mudas de eucalipto produ-

zidas pela empresa, de dois mil hectares de terras ociosas, de reconhecida vocação florestal e sem nenhuma concorrência com culturas alimentares. A expectativa é de que sejam beneficiados aproximadamente 200 produtores rurais de 28 municípios localizados em áreas de influência da companhia.

A parceria da Cenibra com o IEF vem apresentando bons resultados desde 1985, ano em que começou a ser desenvolvido o fomento. Até o ano passado, 690 produtores foram beneficiados, com a implantação de 8.500 ha de plantios de eucalipto. Para este ano, a maior novidade ficará por conta da distribuição e plantio de 120 mil mudas de espécies nativas regionais, objetivando a recuperação de matas ciliares em cerca de 5% da área prevista no contrato, o que amplia ainda mais os benefícios ambientais do programa.

A participação da Cenibra prevê investimentos da ordem de US\$ 500 mil, cabendo a ela o forneci-

mento e entrega de insumos (mudas, adubos e defensivos), além de completa assistência técnica, do momento do plantio à colheita. O IEF se compromete a efetuar o cadastramento dos produtores interessados e prestar orientação sobre a escolha das áreas a serem utilizadas, sempre de acordo com os dispositivos legais vigentes.

Segundo o presidente da Cenibra, Luis Otávio Mota Valadares, são inúmeras as vantagens que o Programa de Fomento Florestal traz. No campo social, ele destacou “a alternativa de renda extra que representa para inúmeros produtores, já que a empresa se compromete a comprar dele toda a madeira, a preço de mercado, mesmo sendo auto-suficiente no que se refere ao abastecimento de eucalipto para a produção de celulose”.

Do ponto de vista ambiental, Luiz Otávio lembrou “a garantia de proteção de matas ciliares e, a partir da ampliação da cobertura vegetal do nosso Estado, a minimização da erosão e do conse-

qüente assoreamento dos nossos cursos d'água”. Finalizando, comentou que “o programa de fomento vem provar, na prática, que a parceria entre os setores público e privado pode representar uma importante ferramenta para que possamos encontrar soluções comuns para problemas urgentes do nosso Estado e da nossa gente”.

REQUISITOS

Para participar do programa, os produtores devem estar sediados em raio máximo de 75 km da Unidade Industrial da Cenibra, localizada em Belo Oriente. Além disso, as propriedades têm de estar isentas de qualquer restrição relacionada a legislação ambiental e civil vigentes. Para formalizar seu interesse e cadastramento, os interessados devem procurar os escritórios do IEF.

Colaboração de Márcio Valle Diniz, da Secretaria de Comunicação Social e Informações para Imprensa da Cenibra.





Jorge Humberto Teixeira Boratto, vice-presidente da Eucatex foi presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura de 1991 até 1995.

Ex-presidente da SBS analisa sua gestão

Depois de quatro anos no comando da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), o diretor vice-presidente da Eucatex S.A., Jorge Humberto Teixeira Boratto, deixa o cargo de presidente da entidade, fazendo um balanço das principais atividades de seu mandato.

“**C**om certeza, o trabalho que desenvolvemos nesse período fez com que a SBS se tornasse mais conhecida e reconhecida entre os governos nacional e internacional, sendo, hoje, uma das interlocutoras do setor florestal, principalmente, na política brasileira.” Em síntese, foi assim que o ex-presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Jorge Humberto Teixeira Boratto, analisou sua atuação na liderança da entidade.

No cargo, desde 1991, ele apre-

sentou as atividades mais importantes que realizou e os programas a serem concretizados nos próximos anos. Dessa forma, citou a importância da reedição do boletim informativo SBS-Reporta e da Revista Silvicultura, que abordam questões políticas, econômicas, técnicas e jurídicas do segmento e ainda atuam como porta-vozes oficiais dos trabalhos da instituição; a promoção do VII Congresso Florestal Brasileiro, que aconteceu, em 1993, em Curitiba, simultaneamente

ao I Congresso Pan-Americano de Florestas; o projeto do Código Florestal atualizado, encaminhado, em 1993, para o então ministro do Meio Ambiente, Rubens Ricupero; e a participação nos Workshops Regionais sobre Reposição Florestal, em parceria com o governo federal e outras organizações, que resultou, mesmo sem permanência dos termos originais da proposta, no Decreto nº 1.282. Durante seu mandato outros trabalhos foram realizados como a apresentação e defesa da criação do Conselho Nacional das Florestas (Conflor), que tem como objetivo proporcionar maior identidade do setor, para que sua importância seja compatível com a parcela que representa no PIB; a inauguração da Casa da Silvicultura, em São Paulo, local onde está localizada a sede da entidade, que também servirá para a execução de programas de educação ambiental e cursos de viveiristas; e a criação e elaboração da Certificação de Origem da Matéria-Prima Florestal (Cerflor), que deve servir como um dos instrumentos mais significativos para as empresas transitarem seus produtos no mercado internacional.

“De uma certa forma todos estes fatores contribuíram para que a atuação da SBS tivesse maior influência nos macro aspectos da silvicultura. Um trabalho que não priorizou regiões nem segmentos específicos. A proposta foi colocar a entidade em defesa dos interesses gerais do setor”, comenta. Nesse sentido, um passo importante foi dado

com a recente mudança do estatuto da entidade, que abre as portas para uma atuação mais ativa dos associados, por meio do Conselho Deliberativo, que permite a participação de pessoas jurídicas e físicas.

DESTRINCHANDO A COLABORAÇÃO

O conhecer dos efeitos que os programas desenvolvidos, durante esses quatro anos, revela a verdadeira dimensão que as decisões tomadas na SBS atingem. Tomando por base a preocupação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em criar o “Selo Verde”, para a qualificação ambiental para os produtos de diversos segmentos industriais, os diretores da entidade lançaram, no ano passado, o Cerflor, como a resposta nacional para a implantação de critérios que confere a existência de um trabalho ambiental no setor florestal brasileiro. “Por ter um caráter imparcial de avaliação e ter recebido a aprovação de organizações estrangeiras, como

o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e o organização Internacional de Madeira Tropical, essa certificação será um passo importante para a adaptação que as empresas terão de sofrer por causa da chegada da ISO 14.000”, ressalta.

Outro fator que marcou seus dois mandatos foi a proposta de atualização do Código Florestal, cujos objetivos prevêm, entre outros desafios, a descentralização de todas as ações ligadas a área ambiental, de forma que as autoridades de cada região legislem sobre as peculiaridades locais. Além disso, o documento ressalta a importância dos incentivos governamentais, para que a reconstituição vegetal do País seja realizada num período estimado de 20 anos, destacando, é claro, a importante influência que as florestas exóticas desenvolvem nesse processo. “Por todas essas ações, garantimos à SBS uma consideração maior perante a sociedade e o próprio setor florestal”, finaliza Boratto.

Palavra ao novo presidente

Dar continuidade aos programas que foram iniciados na gestão anterior e concretizar suas realizações. Essas são algumas das recomendações que o ex-presidente da SBS, Jorge Humberto Teixeira Boratto deixa para seu sucessor, Nelson Barboza Leite. “Isso, porque o trabalho da entidade é um processo que evolui de mandato para mandato. Dessa forma, espero que ele implante o Cerflor, inicie o curso de viveirista e implemente o Plano de Desenvolvimento do Setor de Base Florestal, cujo teor de seu conteúdo deve ser significativamente estratégico. Um trabalho que terá suas diretrizes traçadas a partir das sugestões de representantes empresariais e particulares, que, de acordo com o novo estatuto, serão os conselheiros da nova diretoria”.

Silvicultura brasileira influencia decisões da ISO 14.001

A SBS, representada por Rubens Garlipp, integrou a delegação brasileira que discutiu em Oslo, na Noruega, de 24 de junho a 1º de julho, a normalização da ISO/14.000, a série internacional que trata de sistema de gestão ambiental e de seus mecanismos para auditoria de certificação de empresas.

Na ocasião, debateu-se a inclusão de novo item de trabalho, específico para o setor florestal, por meio de um “guia de implantação da ISO 14.001 no setor florestal para a gestão sustentável de florestas”, proposta apresentada pelas delegações do Canadá e da Austrália.

Em março deste ano, a representação oficial do Brasil junto à ISO, por orientação e decisão consensual da “Comissão GANA de Gerenciamento Florestal Sustentável” (onde a SBS é membro atuante), já havia encaminhado posição contrária a essa proposta. Esse posicionamento prevaleceu no “meeting” e resultou na retirada da proposta por parte dos canadenses e australianos, o que fortalece a participação do País nos fóruns internacionais. Os argumentos da SBS/GANA/ABNT fundamentaram-se espe-

cialmente nos seguintes pontos:

- a) O setor florestal, como qualquer outro setor específico, não deve ser tratado no âmbito da ISO 14.001;
- b) Critérios e indicadores de desempenho florestal não podem ter como modelo um guia que não contemple as diferenças entre florestas naturais e plantadas e não considere as particularidades regionais nas regiões de clima temperado, tropical e boreal.
- c) Um sistema de gestão ambiental avalia a organização, diferindo de um certificado de manejo florestal, que atesta a performance do produto (no caso: a origem da madeira ou o manejo sustentável da floresta).
- d) A aceitação de um item específico desencadearia a necessidade de desenvolver sistemas de gestão para outros setores

em particular (por exemplo, siderurgia, mineração, etc).

- e) Seria inadequado incorporar um sistema de gestão para o setor florestal antes mesmo de se completar as normas genéricas.
- f) A existência de um sistema específico de gestão florestal não significa que os programas de certificação de origem e manejo não sejam demandados, mesmo porque o sistema de gestão não avalia o produto. A leitura do documento proposto pelos canadenses e australianos evidencia, ainda, que pouco ou quase nada mudaria em relação à norma ISO 14.001 no que diz respeito à gestão ambiental propriamente dita. Por outro lado, quando apresenta critérios e indicadores, estes não são aplicáveis para todas as situações e, mesmo que critérios e indicadores fossem formulados em consenso internacional, como sugerido a posteriori pelos proponentes, há de se frisar, que este assunto não é pertinente à ISO 14.001.

g) A compatibilização dos programas de certificação florestal ou de qualquer outro setor específico com a série ISO 14.000 deve ser oferecida pelo setor interessado. É o caso, por exemplo, do que já acontece com o “Responsible Care” no setor

químico. Para a área florestal seria o caso, por exemplo, do Cerflor.

Com a retirada da proposta canadense/australiana e a subsequente constituição de um grupo de trabalho internacional para discutir o tema fora do âmbito da ISO 14.001, a SBS continuará acompanhando o assunto. A princípio, está prevista uma reunião desse GT na Nova Zelândia em Novembro e é importante que o Brasil integre esse GT e, mais do que isto, que tenha uma proposta alternativa sobre a certificação florestal, que pode ser o Cerflor adaptado.

Segundo pode-se depreender dos contatos e posicionamentos em Oslo, os países que praticam plantações comerciais (África do Sul, Chile, Espanha, Indonésia) e mesmo países como Suécia e outros, adotaram posição semelhante à nossa. A própria Nova Zelândia, que se dispôs a sediar reunião do grupo setorial em novembro, parece preocupada com o fato de que o tema volte a ser novamente proposto. Dentre as importantes resoluções do evento merecem destaque:

a) Tanto a ISO 14.000 - *Guia de Princípios, Sistema de Técnicas de Gestão Ambiental*, como a ISO 14.001 - *Especificações com Guia para Uso*, foram revisadas e receberam aprovação de 92% dos países para serem registradas como DIS - Draft International Standards. Isto significa dizer que, basicamente, nada no conteúdo deverá ser alterado até

que se transformem em normas internacionais. O trabalho, agora, deverá ser apenas o de aprimorar os textos, sendo esperada a publicação como DIS em julho 96. Os prazos poderão ficar atrelados à votação da CEN, que, pelo acordo de Viena vota paralelo à ISO.

b) Decidiu-se por agilizar os trabalhos conjuntos do TC 207 (responsável pela elaboração das normas de certificação de gestão ambiental) o TC 176, responsável pelas normas de qualidade (série ISO 9.000) visando a fusão futura das duas séries.

c) Ficou evidente que, embora um sistema de gestão florestal (como proposto pelos canadenses e australianos) não deva, por enquanto, ser objetivo de normalização na ISO 14.001, os rótulos florestais (certificados de manejo florestal) continuarão existindo e serão demandados.

d) A nível de normalização, os "indicadores florestais", poderão vir a ser tratados no âmbito do Sub Comitê nº4, que trata da Avaliação de Performance Ambiental, daí a necessidade do Brasil estar preparado para que as nossas condições sejam consideradas corretamente.

e) A série ISO 14.000 será fundida, em breve, com as normas ISO 9.000.

f) A série ISO 18.000, já conceituada, deverá incorporar todas as normas de gestão, sejam de qualidade de processo, de qualidade ambiental ou de caráter social (aqui incluindo-se as questões de segurança e

saúde do trabalho).

A delegação do Brasil foi tida como a de postura mais coerente e madura, à vista da participação em todos os subcomitês e plenárias. De fato, os delegados brasileiros assumiram posições claras, bem definidas e, acima de tudo, fundamentadas em argumentos consistentes.

Vale dizer que a participação na reunião de Oslo foi profícua no sentido de melhor entender o processo, a interação e as implicações das normas ISO sobre o setor de base florestal e poder colaborar para que tais implicações não afetem negativamente a nossa competitividade. O setor deve participar ativamente e se fazer representar nesses fóruns, especialmente porque as posições brasileiras são ouvidas e respeitadas no exterior.

A responsabilidade da SBS por representar as idéias do setor, é a de defender os interesses consensuais para a melhor resolução possível do tema no âmbito da normatização internacional de critérios para avaliação de performance e sustentabilidade do manejo de nossas florestas. É prudente, pois, a cotização de esforços do setor florestal brasileiro, visando elaborar um documento consensual que atenda as nossas realidades, daí a importância do Cerflor cujos princípios e critérios são compatíveis com a Silvicultura Nacional.

*Colaboração de Rubens Cristiano Garlipp,
Diretor Superintendente da Sociedade Brasileira de Silvicultura.*

MINAS, ESTADO FLORESTAL

“...Podemos estimar que para o plantio de 120 mil hectares por ano(...) o custo médio total seria de R\$ 400 por hectare...”

Por Marco Aurélio A.C. Machado

Em artigo anterior, mostramos o sucesso dos projetos de exploração florestal em vários países onde impera a parceria entre governo e empresários no setor. No Brasil presenciemos uma realidade inversa. Não temos essa parceria, embora as vantagens do clima permitam uma colheita já a partir do sétimo ano após o plantio, enquanto os países acima dos trópicos o primeiro corte se dá em nada menos de 50 anos. Os produtos derivados das florestas brasileiras apontam a importância da atividade — eles somam 4% do valor anual do Produto Interno Bruto (PIB).

Minas Gerais é nosso maior estado florestal, no entanto é também o que mais consome madeira e, ainda assim, retirada do estoque plantado nas décadas de 70 e 80. Com os recursos do Fundo de

Desenvolvimento Setorial (FISSET), as empresas planta-



ram 1,5 milhão de hectares no Estado e outros 500 mil ha contaram com recursos próprios. Hoje, restam 1,2 milhão ha.

Precisamos urgentemente retomar os níveis de plantio anteriores, de 120 mil ha anuais de florestas, contra os atuais e insuficientes 40 mil ha/ano. Estamos assistindo ao rápido esgotamento do estoque das décadas passadas, sem a sua renovação. É fundamental que se diga - defendemos a volta dos projetos de reflorestamento, mas não há necessidade de ampliarmos as áreas existentes para o plantio das empresas.

De acordo com a lei florestal mineira, 60% de todo o consumo este ano, de carvão vegetal, terão que ser obtidos a partir de áreas reflorestadas. Como os estados vizinhos a Minas ainda discutem suas regras, vários consumidores

têm buscado o carvão de mata nativa a muitos quilômetros de distância.

O racional é que reformemos as florestas antigas e passemos a implantar em todo o Estado o Programa Fazendeiro Florestal, desenvolvido pela Associação Brasileira de Florestas Renováveis em Minas desde 1987. Trata-se de uma parceria entre os proprietários rurais e as empresas, em que o produtor oferece a terra e seu trabalho e a empresa fornece orientação e assistência técnica, muda, adubo e isca para combater as formigas.

Nossa proposta é que o governo estadual passe a apoiar a reforma das florestas velhas e o Fazendeiro Florestal. O passo inicial seria a empresa apresentar um projeto técnico

de reflorestamento, a ser submetido à aprovação do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Liberado, o projeto será executado com recursos próprios até a realização de uma vistoria em suas áreas. Se a empresa cumpriu as metas traçadas, a Secretaria de Estado da Fazenda a autorizaria a descontar o valor do projeto no ICMS devido, num prazo de sete anos, com a correção do saldo pelos juros agrícolas vigentes.

Podemos estimar que para o plantio de 120 mil ha por ano, sendo 50% de reforma e a outra metade através do Fazendeiro Florestal, o custo médio total seria de R\$ 400 por hectare, correspondentes a um investimento de R\$ 48 milhões anuais. O plantio a esse ritmo deve gerar 32 mil empregos diretos,

acrescidos da oferta de mais cinco mil empregos/ano para a manutenção da floresta.

Após o primeiro corte, aos sete anos, a produção do carvão poderá empregar mais de 24 mil pessoas, com uma geração de ICMS livre para o Estado, no valor de R\$ 110 milhões/ano. Isso, para quem investiu R\$ 48 milhões, parceladamente, em sete anos. Os cálculos valem apenas para o plantio de florestas destinadas à produção de carvão vegetal. Se pensarmos no uso múltiplo das florestas plantadas, os benefícios serão ainda maiores.

Colaboração de Marco Aurélio A.C. Machado, presidente da Abracave, Associação Brasileira de Florestas Renováveis.

Prepare a sua
empresa para
novos tempos.
Ou seja
ultrapassado
por eles.

Os tempos mudaram. E os negócios também. O que conta agora não é só a excelência do seu produto ou serviço. A qualidade ambiental do processo produtivo passa a exercer papel decisivo no sucesso da sua empresa. Para manter-se competitiva no cenário mundial, a sua empresa precisará conquistar o ISO 14000, certificado internacional de qualidade ambiental, que será exigência em

negócios internacionais.

A Dinâmica Projetos Ambientais é especializada em consultoria e manejo ambiental. Conta com uma equipe técnica altamente qualificada, com grande experiência em florestas produtivas de papel e celulose em Santa Catarina.

Procure a Dinâmica para uma avaliação da situação ambiental da sua empresa e garanta os seus futuros negócios.

Áreas de atuação

Inventário e avaliação de recursos faunísticos e florísticos • Planejamento ambiental incluindo manejo de fauna e recuperação paisagística • Educação ambiental • Marketing ambiental • Laudos técnicos • Relatórios de Impacto ambiental EIA-RIMA.



Av. Rio Branco, 817
Sala 106 Centro
Cep 88015-203
Florianópolis - SC
Fone/Fax (048) 224-1174

OFÍCIO

PORTAS ABERTAS PARA INFORMAR

Informação é o que não falta nas estantes da Biblioteca Central do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Para qualquer consulta tecnológica, existe ali um livro ou uma revista científica. A biblioteca reúne um acervo de 29.800 monografias, 300 teses e 1.800 títulos de periódicos. Possui, ainda, uma Base de Dados de Monografias do IPT, com 68 mil títulos, e

33 mil relatórios, 7 mil pareceres e 889.500 certificados. Alguns relatórios não estão disponíveis para consulta, pois são confidenciais e precisam de autorização do cliente para serem acessados. “Reunindo quase 96 anos de IPT, o Arquivo Técnico guarda a memória tecnológica do País”, comenta Sonia Wada, coordenadora da CID.

Para preservar a história do IPT, o Núcleo de Memória Histórica vasculha tudo o que pode para descobrir o que o instituto já fez. Este trabalho inclui o uso de recursos de História Oral, resgatando o passado por meio de depoimentos de pesquisadores que fizeram parte da vida da instituição.

Com o objetivo de reunir e sistematizar toda a capacitação técnica do IPT, a CID oferece um Banco de Dados com três bases diferentes: Pesquisadores, Projetos (desde 1992) e Serviços Laboratoriais. A base de pesquisadores é uma listagem com o nome de todos os pesquisadores, sua formação, publicações e capacitação em diferentes áreas. “Esse serviço é procurado quando o empresário tem um problema e não sabe quem pode resolvê-lo”, diz a coordenadora. A base de Projetos, em constante atualização, oferece um resumo de cada um, a natureza do trabalho, seu coordenador e cliente, informando se houve transferência de tecnologia, se foi patenteado, se é sigiloso ou não.

A base de Serviços Laboratoriais reúne 3.700 ensaios e

testes que o IPT pode realizar, sendo constantemente atualizada junto ao Centro de Análises Expeditas CAE.

Para acessar esses serviços, basta ligar para o telefone (011) 268-2211, ramais 127, 172, 202 ou pelo fax (011) 269-8140. O acesso ao Banco de Dados é gratuito, funcionando de segundas às sextas-feiras, das 8h às 17h, nos ramais 456 e 126.

VERBA À PESQUISA EMPRESARIAL

O sucesso — ou agonia — de empresas industriais na disputa pelo mercado depende, basicamente, da qualidade e competitividade de seus produtos. Para alcançá-las, elas precisam investir em tecnologia adequada. Mas, muitas vezes, não dispõem de recursos para isso e nem sabem da sua existência em instituições de financiamento.

A partir de agora, empresas brasileiras interessadas em implantar programas de desenvolvimento tecnológico ganham um forte aliado institucional. O IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo acaba de criar uma equipe de assessoria qualificada, para orientar empresas que buscam alternativas de financiamento à pesquisa e desenvolvimento de produtos ou processos industriais. Segundo Juvenal Antonio Schalch Neto, coordenador de Gestão Negocial da Diretoria de



uma Base de Dados de Periódicos, com 4.750 títulos. O atendimento bibliotecário pode ser feito por telefone, fax ou pessoalmente. O acervo está aberto para consultas e empréstimos interbibliotecas.

Além da biblioteca, o Departamento de Documentação Científica, da Coordenadoria de Informação e Documentação (CID), dispõe de outros dois serviços: o Arquivo Técnico Centralizado e o Núcleo de Memória Histórica.

O Arquivo Técnico Centralizado é um acervo de documentos técnicos, registrando todo o material produzido pelo IPT. São

Planejamento e Gestão do IPT, "o objetivo é identificar linhas de financiamento de P&D para empresas, em diversas agências de fomento e instituições financeiras". Esta ação independe do porte ou do setor em que atua o possível interessado.

Outra linha da nova assessoria prevê orientação quanto as possibilidades de aplicação das leis de incentivos fiscais para capacitação tecnológica da indústria. São exemplos importantes as leis federais 8.661 e 8.248. Esta última, destinada à capacitação do setor de informática. "Definir um modelo de cooperação entre o IPT e as empresas privadas é um caminho seguro para a consolidação de projetos de desenvolvimento tecnológico no País", garante Juvenal.

Empresas interessadas em conhecer os serviços prestados pela assessoria tecnológica do IPT podem contatar a Coordenadoria de Gestão Negocial, pelo telefone (011) 268-2211 ramal 905, ou pelo fax 819-5730.



ANFPC ELEGE DIRETORIA

Um dos principais objetivos da nova diretoria da ANFPC, Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, eleita para o triênio 95/98 e liderada por Osmar Elias Zogbi, é ampliar a gestão participativa e, assim, poder refletir a importância do setor na economia brasi-

leira. "O momento é de reforço da nossa representatividade. Isso é fundamental, uma vez que pretendemos dobrar a produção nos próximos 10 anos", disse o presidente.

Para que a meta se concretizasse, houve mudanças estatutárias, aprovadas em assembléia geral, como a que desdobrou a primeira vice-presidência em três, agora ocupadas por Boris Tabacof, Raul Calfat e Claudio Lobl. A alteração visa dar maior agilidade política à diretoria. Além disso, há várias vice-presidências de produtos e de fatores de produção. O balanço preliminar do setor mostra que no primeiro semestre do ano a produção nacional de papel aumentou 11,4%, em relação ao mesmo período de 94. Foram produzidas 2,99 milhões de toneladas. Também a de celulose aumentou, totalizando 2,75 milhões de toneladas, com crescimento de 4,9% comparado ao exercício anterior.

A ANFPC representa 235 empresas que operam 268 unida-



Osmar Elias Zogbi.

des industriais, localizadas em 17 estados brasileiros.

TECNOLOGIA NA INDUSTRIALIZAÇÃO DE POSTES DE MADEIRA

É o que a ICOTEMA emprega no tratamento da madeira do eucalipto para postes e mourões com todas as dimensões e padrões.

Consulte-nos



icotema®

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRATAMENTO DE MADEIRA LTDA

MATRIZ TEL. (011) 409-2611

TELEX
1179815

FAX: (011) 783-0269 - Av. Engº Gianni Palenga 191 - Itú - São Paulo



EP Propaganda

O EUCALIPTO, assim como o imigrante europeu, africano, asiático e americano que aqui chegaram e contribuíram para o desenvolvimento do país — no trabalho, na família, na formação da nacionalidade — veio de fora, da Austrália, para se incorporar, definitivamente, à paisagem brasileira e tornar-se, desta forma, credor do nosso reconhecimento — o mesmo reconhecimento dispensado a outros imigrantes como o café, o milho, o feijão, o arroz, a laranja, a soja, a cocoda-bahia, a batata, o boi. Ou como a couve, a alface, o tomate, o repolho e a ervilha que caíram em terra fértil e se tornaram básicos na alimentação dos brasileiros.

O eucalipto, que imigrou para o Brasil ainda no século passado, tem, como esses outros imigrantes, muito a ver com o progresso e o desenvolvimento do país. Seja na forma de madeira para a fabricação de móveis, portas, armações, postes, ou como matéria-prima para produção de papel e celulose, chapas e aglomerados, alcatrão, fenóis, tintas, resinas e pigmentos.

Como termorreductor, o eucalipto é utilizado no parque siderúrgico a carvão vegetal do país. Usado, ainda, como importante fonte de produtos químicos para a indústria farmacêutica e de cosméticos.

O eucalipto faz ainda mais: protege o solo da erosão, substitui as matas nativas, em seus usos econômicos, na produção de madeira e

carvão, e, ainda, dá sombra e abrigo a aves e mamíferos integrados às florestas naturais, além de ajudar a proteger e conservar a flora e a fauna do Brasil.

O eucalipto dá, ainda, outro exemplo significativo, renascendo depois de cada corte, prolongando seus benefícios por diversas safras ao longo dos anos.

Além de tudo isso, o eucalipto gera riquezas na forma de impostos, que são usados para a construção de estradas, hospitais, escolas e gera 550 mil empregos diretos, participando em 10% das divisas que entram no país com a exportação de aço, ferro-ligas, gusa, celulose, chapas e outros produtos industriais.

Com esta folha de prestação de serviços ao país, o eucalipto é, hoje, um importante cidadão brasileiro. É por isso que

ESTA ÁRVORE MERECE JUSTIÇA.

EMPRESAS BELGO-MINEIRA

CAF

Cia. Agrícola e Florestal Santa Bárbara
Av. Brasil, 709 - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140
Tel.: (031) 226-4499 - CP. 22 - Telex (31) 3394 FLBM BR
Fax (031) 222-7790

ZETUNE



TRATOR FLORESTAL CATERPILLAR. FAZ TUDO COM UMA MÃO NAS COSTAS.

SKIDDER 525, um projeto inovador em trator para o mercado florestal. A Caterpillar sempre mostrou muita garra na colheita florestal. Agora está mostrando ainda mais inteligência. O Skidder 525 tem um novo sistema de controle de pressão na garra que, uma vez fechada, mantém a pressão mesmo com movimentos de acomodação da carga, evitando a perda de toras pelo caminho. Ao mesmo tempo, a bomba hidráulica só funciona quando solicitada, reservando mais potência de arraste para as toras e aumentando a produtividade do equipamento. Com 4 marchas e bloqueio de diferencial, o Skidder 525 tem maior capacidade de tração, inclusive em solo solto, aumentando a vida útil dos pneus. A maior distância entre os eixos e a oscilação do eixo dianteiro conferem estabilidade e suavidade de operação. A cabine tem um design arrojado, é mais segura e confortável, o que facilita a operação. Na colheita florestal, o único trator que vai resolver todos os seus problemas é o Skidder 525. Com uma mão nas costas. E o que é mais importante: a Caterpillar oferece o melhor suporte ao produto do mercado, através da sua rede de revendedores distribuída por todo o Brasil.

CATERPILLAR[®]